

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização / Psicologia Clínica

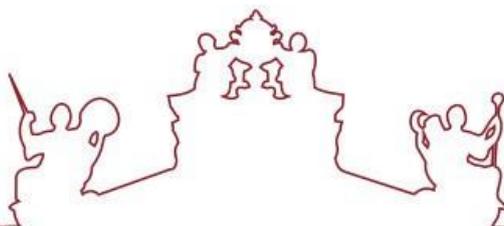
Dissertação

**Rede Social Informal e Intenção de Agir face à
Violência no Namoro em Estudantes Universitários**

Catarina Isabel da Silva Póvoa

Orientador(es) / Fátima Bernardo

Évora 2019



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização / Psicologia Clínica

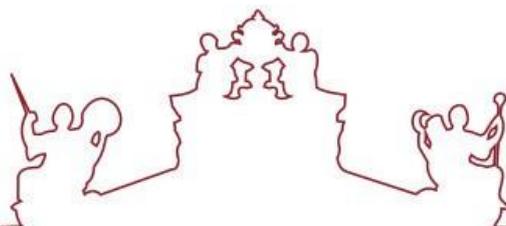
Dissertação

**Rede Social Informal e Intenção de Agir face à
Violência no Namoro em Estudantes Universitários**

Catarina Isabel da Silva Póvoa

Orientador(es) / Fátima Bernardo

Évora 2019



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

- Presidente / Heldemerina Samutelela Pires (Universidade de Évora)
- Vogal / Carla Sofia Carrilho Lopes Santarém Semedo (Universidade de Évora)
- Vogal-orientador / Fátima Bernardo (Universidade de Évora)

Agradecimentos

À Professora Fátima Bernardo, pela orientação, pela disponibilidade, pela partilha de conhecimentos, palavras de incentivo e por nunca duvidar das minhas capacidades, mesmo quando eu o fazia. Obrigada por facilitar este processo proporcionando-me momentos de aprendizagem sempre com muito ânimo e descontração à mistura.

Aos meus pais, por me permitirem chegar onde cheguei, por tornarem possível a concretização deste percurso académico, pelo apoio incondicional, pela paciência, por acreditarem em mim e por nunca me terem deixado desistir.

Aos meus amigos, pelo apoio constante, por estarem, por existirem, por tudo. Em especial, à Inês, por ter partilhado comigo este percurso académico - lado a lado, como sempre -, por ser o ombro amigo que está sempre disponível, por ser um porto de abrigo e pela palavra amiga sempre pronta quando mais preciso. Ao Pedro, pela presença constante, ainda que à distância, pelo apoio incansável, por me incentivar vezes sem conta, pela amizade e pela pessoa que tem sido nos últimos tempos.

Por fim, mas não menos importante, a todas as pessoas que perderam cinco minutos do seu tempo para participar nesta investigação, sem as quais a realização deste estudo não teria sido possível.

Rede Social Informal e intenção de agir face à violência no namoro em estudantes universitários

Resumo

A presente dissertação pretende compreender se as atitudes, a atribuição de culpa, a perceção de severidade e a responsabilidade percebida se constituem como preditores da intenção de agir de ajudantes informais em contexto de violência na intimidade juvenil. Para a realização deste estudo foram inquiridos 334 alunos da Universidade de Évora através de um questionário *online*, constituído por questões relativas a um conjunto de cenários hipotéticos que retratam situações de violência na intimidade e pela Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro. Os resultados sugerem que as variáveis anteriormente referidas têm influência na intenção comportamental dos ajudantes informais, demonstrando também a existência de diferenças na intenção de agir de acordo com características sociodemográficas. Neste sentido, conclui-se que a prevenção do fenómeno da violência entre parceiros íntimos deve passar pela criação de campanhas de sensibilização de ajudantes informais, assim como pelo aumento da informação e consciencialização sobre a temática.

Palavras-chave: violência no namoro; ajudantes informais; perceção de severidade; responsabilidade percebida; atribuição de culpa

Abstract

This research aims to understand if the attitudes, blame attribution, perceived severity and personal responsibility predict the informal helpers intent to act in the context of juvenile intimate partner violence. To conduct this study, 334 students from the University of Évora were surveyed through an online questionnaire regarding a set of hypothetical scenarios that portray situations of violence in intimacy and the Attitudes Towards Dating Violence Scale. The results suggest that the mentioned variables influence the informal helpers behavioral intent, also demonstrating the existence of differences in the intention to act, according to sociodemographic characteristics. Therefore, it can be concluded that the prevention of intimate partner violence can benefit of the creation of awareness-raising campaigns for informal helpers, as well as increasing information on the topic.

Keywords: dating violence; informal helpers; perceived severity; perceived responsibility; blame attribution

Índice

Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	3
1. Violência nas Relações Amorosas.....	3
1.1. Definição de conceitos.....	3
2. Rede Social Informal e Intenção de Agir.....	4
2.1. A influência das atitudes.....	6
2.2. A influência da atribuição de culpa.....	8
2.3. A influência da percepção de severidade e da responsabilidade percebida.....	10
Parte II – Estudo Empírico.....	13
1. Objetivos e Hipóteses.....	13
2. Metodologia.....	13
2.1. Participantes.....	13
2.2. Instrumentos.....	14
2.3. Procedimento de recolha e análise de dados.....	17
3. Resultados.....	21
3.1. Análise de regressão.....	21
3.2. Análise comparativa: Género e experiência anterior de violência.....	27
3.3. Análise comparativa: Tipo de violência.....	30
3.4. Análise <i>t</i> -Student: Género e atitudes.....	32
4. Discussão.....	33
5. Conclusão.....	40
6. Limitações e Direções Futuras.....	42
7. Bibliografia.....	44

Índice de Tabelas

Tabela 1. Conjunto de cenários hipotéticos.....	15
Tabela 2. Conjunto de questões aplicada em cada cenário hipotético.....	16
Tabela 3. Resultados de precisão da Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro..	18
Tabela 4. Resultados da validade de constructo da subescala da violência psicológica..	19
Tabela 5. Resultados da validade de constructo da subescala da violência física.....	20
Tabela 6. Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência física – agressão.....	25
Tabela 7. Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência física – atirar objeto.....	25
Tabela 8. Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência psicológica – insultar.....	26
Tabela 9. Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência psicológica – ameaçar.....	26
Tabela 10. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função do género.....	27
Tabela 11. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função do género.....	28
Tabela 12. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como vítima/agressor.....	28
Tabela 13. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior com vítima/agressor.....	29
Tabela 14. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como observador.....	29
Tabela 15. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior como observador.....	30
Tabela 16. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir em função do tipo de violência.....	31
Tabela 17. Comparação múltipla de médias para os cinco tipos de intenção de agir.....	32
Tabela 18. Análise <i>t</i> -Student da EAVN em função do género.....	33

Índice de Anexos

Anexo A – Instrumento de Recolha de Dados

Anexo B – Termo de Consentimento Informado

Lista Braquigráfica

EAVN – Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro

VPI – Violência entre Parceiros Íntimos

Introdução

Durante décadas, a investigação científica sobre a temática da violência nas relações íntimas focou-se maioritariamente na violência conjugal, ignorando aquela ocorrida noutros contextos relacionais, como é o caso das relações de intimidade juvenil (Caridade & Machado, 2013). Foi apenas em 1980 que James Makepeace realizou o primeiro estudo sobre este fenómeno, concluindo que existiam, de facto, motivos de preocupação acerca da violência ocorrida entre os setores juvenis (Miller, 2001).

Em 2003, um estudo realizado em contexto universitário português concluiu que uma percentagem significativa de estudantes adotava condutas violentas no contexto das suas relações íntimas. Os resultados demonstraram que 15,5% dos participantes referiu ter sido vítima de, pelo menos, um ato abusivo durante o último ano e 21,7% admitiu já ter adotado este tipo de condutas em relação aos seus parceiros (Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006). Mais recentemente, em 2018, foi desenvolvido em Portugal, um estudo no âmbito do Programa de Prevenção da Violência no Namoro em Contexto Universitário, cujo objetivo passava por analisar a proporção da violência praticada e sofrida nas relações de namoro entre os estudantes (Neves, Correia, Ferreira & Borges, 2018). Este estudo concluiu que, dos 1833 participantes inquiridos, 56,5% já tinham sofrido, pelo menos, um ato de violência durante o namoro e que 36,6% já tinham praticado, pelo menos, um ato do mesmo tipo.

As investigações sobre esta temática demonstraram que o envolvimento numa relação violenta está diretamente relacionada com repercussões negativas na saúde mental, tais como ansiedade, depressão, redução da autoestima, *stress*, assim como várias consequências a nível físico (Gover, Kaukinen & Fox, 2008). Desta forma, podemos afirmar que a violência nas relações de intimidade entre jovens se constitui como uma área de estudo merecedora de atenção, sobretudo num sentido de promover esforços de prevenção e intervenção.

A maioria do conhecimento existente sobre a intervenção foca-se na rede de suporte formal existente, influenciando leis e políticas que orientam a prática dos profissionais em situações de violência na intimidade. No entanto, apesar da disponibilidade dos profissionais para ajudar, os amigos e familiares constituem-se como a rede de suporte preferencial para as vítimas (Chabot, Tracy, Manning & Poisson, 2009).

Tendo sido um foco dos estudos da Psicologia Social há décadas atrás, a temática dos ajudantes informais voltou novamente a ser um tópico de interesse na medida em que

os espetadores podem desempenhar um papel importante na redução da incidência da violência (Banyard, Weber, Grych & Hamby, 2016). Atualmente, uma área promissora na prevenção da violência no namoro passa mesmo por fornecer, aos indivíduos, as competências e a confiança necessárias para identificar e intervir, com segurança, em situações de risco (Woods, Shorey, Strauss, Cornelius & Rowland, 2016). Assim, dada a importância da intervenção dos ajudantes informais, torna-se pertinente compreender os obstáculos ou fatores facilitadores associados com a intervenção dos mesmos.

Nesse sentido, foi realizado, na presente dissertação, um estudo empírico, junto de uma população universitária de uma universidade portuguesa, com o objetivo de identificar atitudes em relação à violência na intimidade juvenil em função de variáveis demográficas, assim como identificar em que medida as atitudes, a atribuição de culpa, a perceção de severidade e a responsabilidade percebida contribuem para a disponibilidade dos ajudantes informais para agir.

A dissertação é constituída por duas partes, sendo a primeira dedicada ao enquadramento teórico, que se encontra dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo é realizada uma definição e distinção de conceitos sobre a temática da violência nas relações de intimidade, dada a multiplicidade de conceitos existentes. O capítulo dois, por sua vez, centra-se na temática da rede social informal e nos fatores que influenciam a intervenção dos ajudantes informais: as atitudes, a atribuição de culpa, a perceção de severidade e a responsabilidade percebida, assim como algumas variáveis sociodemográficas, como o género e a experiência anterior de violência. A segunda parte da dissertação refere-se ao estudo empírico realizado, onde são apresentados os objetivos e hipóteses do mesmo, assim como o procedimento metodológico, os resultados e discussão. Por fim, apresenta-se uma conclusão que resume e destaca as ideias principais a reter, assim como as limitações e direções para pesquisas futuras.

Parte I – Enquadramento Teórico

1. Violência nas Relações Amorosas

1.1. Definição de conceitos

Dada a abrangência e amplitude da definição de violência parece pertinente começar por fazer uma distinção entre os diversos conceitos existentes. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência assume-se como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulta, ou tenha grande possibilidade de resultar, em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002).

Relativamente à violência no contexto das relações amorosas, esta pode assumir diferentes categorias, consoante a relação entre os intervenientes, podendo ser considerada violência doméstica, violência conjugal, ou violência nas relações de intimidade. A violência doméstica pode constituir-se como um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar. A violência conjugal, por sua vez, refere-se a todas as formas de comportamento violento exercidas por um dos cônjuges sobre o outro (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

Por fim, o conceito de violência nas relações de intimidade ou violência entre parceiros íntimos (VPI) surge da necessidade de alargar a noção de violência conjugal, de modo a incluir a violência exercida entre parceiros envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos íntimos, como é o caso das relações de intimidade juvenil. A violência entre parceiros íntimos pode ser, assim, definida como a ameaça, o uso da força ou qualquer ato físico ou psicológico infligido com a intenção de ferir, magoar ou causar dor no/a parceiro/a amoroso/a (Caridade & Machado, 2013).

A violência nas relações amorosas foi, inicialmente, concetualizada como um conjunto de atos violentos, predominantemente realizados com recurso à utilização da força (Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004). No entanto, sabe-se atualmente, que a violência nas relações pode ser exercida de múltiplas formas incluindo, para além da violência física, a violência psicológica e a violência sexual. A presente dissertação foca o seu estudo apenas nos dois primeiros tipos, excluindo a violência sexual.

A violência física consiste na utilização da força física com o objetivo de ferir ou causar danos físicos, que podem ir desde formas menos violentas de violência física até formas extremamente severas, das quais podem resultar lesões graves ou, em último caso, na morte da vítima (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009). Bater, empurrar ou arremessar objetos são exemplos de comportamentos violentos que visam causar dor no parceiro (Lewis & Fremouw, 2001). Considerar apenas a violência física quando se aborda a temática da violência nas relações amorosas, pode resultar numa visão incompleta do fenómeno, sendo necessário abordar também o conceito de violência psicológica. Para além de se constituir como um fator precursor da violência física, em muitos casos, os efeitos da violência psicológica e emocional são mais severos e prolongados no tempo (Walker, 1984).

A violência psicológica constitui-se, assim, como qualquer ato não físico, realizado com a intenção de magoar o parceiro, podendo incluir elementos diretos ou indiretos, verbais ou não verbais. Exemplos de comportamentos psicologicamente agressivos são insultar, humilhar ou restringir a liberdade da vítima (Jenkins & Aubé, 2002). O abuso psicológico pode também incluir o isolamento do parceiro dos amigos e família, controlo, ciúmes, atos de domínio e a manipulação (Offenhouer & Buchalter, 2011).

2. Rede Social Informal e Intenção de Agir

O fenómeno da violência íntima não afeta somente a vítima, podendo ter um impacto mais amplo na comunidade. Muitas vezes, as vítimas partilham a sua experiência de vitimação, recorrendo frequentemente à sua rede de apoio informal, isto é, família, amigos ou colegas (Branch, Richards & Dretsch, 2013). Segundo Wee, Todd, Oshiro, Greene & Frye (2016), na grande maioria dos casos, as vítimas contactam serviços formais de apoio (forças de segurança, serviços sociais ou serviços de saúde) com muito menor frequência do que contactam ajudas informais.

A rede de suporte informal pode ser, então, constituída por amigos, membros da família ou, até mesmo, apenas testemunhas de um incidente de violência, cuja presença lhes providencia uma oportunidade para alterar significativamente o resultado do evento (Banyard & Moynihan, 2011). Estes não se encontram diretamente envolvidos, no entanto têm a possibilidade de ver, ouvir ou perceber um acontecimento enquanto ele ocorre, podendo escolher entre intervir ou remeter-se ao silêncio (Nicksa, 2013).

Existem vários tipos de ajuda identificados na literatura, que os ajudantes informais podem fornecer às vítimas, podendo os mesmos ser agrupados em duas categorias: respostas de mediação ou respostas de denúncia. As respostas de mediação incluem oferecer compreensão e aconselhamento à vítima ou ao agressor, enquanto por outro lado, as respostas de denúncia se referem à intenção de reportar o evento às forças de segurança, seja através de uma denúncia anônima ou identificada (Gracia, García & Lila, 2009). A capacidade dos indivíduos de manter o seu anonimato é um fator que influencia a sua disponibilidade para agir, uma vez que a decisão de não intervir pode relacionar-se com o medo de danos ou retaliações futuras por parte do agressor. Para além disto, podem ainda temer ser responsabilizados se a sua intervenção não for adequada, por não possuírem as competências necessárias para ajudar. Assim, se existir a possibilidade do espetador realizar uma denúncia anônima, a probabilidade da intervenção aumenta (Nicksa, 2013).

Estudos realizados por Beeble, Post, Bybee & Sullivan (2008) demonstraram que as vítimas percecionam como mais úteis, respostas que incluam ter alguém que as compreenda, que garanta que a culpa da situação não é sua, que as assista na tomada de decisões ou ter apenas alguém que as ouça. Por outro lado, respostas percebidas como inúteis passam por reforçar sentimentos de culpa ou comportamentos que visam retaliar contra o agressor. Esta preferência pelas respostas mediadoras pode indicar que o círculo social em torno das vítimas acredita que, na maioria dos casos, estas preferem a ajuda e o conforto dado pelos amigos e familiares em vez de envolver as forças de segurança. Assim, respostas de denúncia são, muitas vezes, vistas como um último recurso apenas a ser utilizado em casos extremos (Gracia, García & Lila, 2009).

São vários os fatores individuais que podem influenciar a probabilidade de um espetador decidir intervir em situações potencialmente violentas, entre os quais o género do potencial ajudante (Woods et al., 2016). Em 1986, um estudo conduzido por Eagly e Crowley demonstrou que os homens manifestavam uma maior disponibilidade para ajudar do que as mulheres, em situações que envolvem maior risco. Por outro lado, as mulheres demonstravam uma maior probabilidade de ajudar em situações consideradas mais seguras através de respostas de aconselhamento, ouvindo e dando apoio emocional às vítimas (Banyard, 2008; Chabot et al., 2009, West & Wandrei, 2002). As mulheres encontravam-se, assim, mais dispostas a mediar uma situação, percecionando ainda os eventos violentos como mais graves do que os homens, sugerindo um maior nível de empatia pelas vítimas (Gracia, García & Lila, 2009).

Outro fator que influencia a intenção de agir dos ajudantes informais prende-se com a sua própria experiência anterior de violência, seja como interveniente ou apenas observador (Woods et al., 2016). Estudos de Beeble e colaboradores (2008) concluíram que espetadores que relataram uma vitimação prévia demonstravam maior iniciativa para oferecer apoio às vítimas, numa situação de violência doméstica hipotética (Nicksa, 2013; Wee et al., 2016). Estes detêm uma maior capacidade de identificar situações potencialmente violentas, interpretando-as corretamente como uma emergência, e, consequentemente, de responder de forma apropriada (Woods et al., 2016). No entanto, quando aplicado o mesmo estudo a uma amostra de estudantes universitários os resultados diferiram do esperado (Chabot et al, 2009). Considerando a faixa etária da amostra utilizada, os autores concluíram que os jovens possuem menos experiência e menos conhecimento sobre aquilo que deve ser uma relação saudável, pelo que, a experiência de vitimação pode não ser suficiente para prever a intervenção (Prah, 2006). Por outro lado, um historial de violência perpetrada pelo espetador pode diminuir a probabilidade do seu comportamento de ajuda, uma vez que a experiência prévia enquanto agressor pressupõe a aceitação de atitudes tolerantes para com a violência (Woods et al., 2016).

Compreender as razões que levam, ou não, os espetadores a ajudar vítimas de VPI é crucial para reduzir a prevalência deste fenómeno (Chabot et al, 2009), sendo apontadas na literatura algumas variáveis que influenciam a tomada de decisão: as atitudes do indivíduo, a atribuição de culpa, a perceção de severidade e a responsabilidade percebida.

2.1. A influência das atitudes

As atitudes e ações públicas em relação aos casos de violência contra a mulher desempenham um papel importante na modelação do ambiente social em que as vítimas se inserem, na medida em que podem contribuir para perpetuar ou reduzir os níveis de violência na nossa sociedade (Gracia & Herrero, 2006). No entanto, pouco se tem explorado, na literatura, a influência das atitudes na intenção de agir, mas sabe-se que atitudes sobre a intervenção numa situação de agressão entre estranhos diferem das atitudes relativas a agressões ocorridas entre um casal (Ermer, Roach, Coleman & Ganong, 2017).

O preditor mais consistente da existência de atitudes que apoiam o uso da violência íntima entre estudantes universitários prende-se com a suposição de que existem papéis apropriados para homens e mulheres (Berkel, Vandiver & Bahner, 2004). As crenças sociais assumem um papel de destaque nas conceções dos jovens sobre a

violência, uma vez que estes se encontram num período de desenvolvimento em que experienciam e intensificam as suas expectativas de género. Estas podem ser influenciadas por valores tradicionais relacionados com o suposto controlo masculino e submissão feminina (Caridade & Machado, 2006), insinuando a existência de uma desigualdade de género (Ventura, Ferreira & Magalhães, 2013). A perpetração da violência masculina é, assim, encarada como um subproduto de desigualdades sistémicas de género que promovem uma cultura que tolera a violência contra as mulheres (McDermott, Naylor, McKelvey & Kantra, 2017).

As atitudes desempenham um papel crucial na influência das respostas dos indivíduos à violência, sejam eles membros da família, amigos ou espetadores. Indivíduos que possuam atitudes mais tolerantes para com a violência, respondem com menos empatia, oferecem menos suporte e demonstram menos disponibilidade para denunciar o incidente, atribuindo, muitas vezes, a culpa à vítima. Por outro lado, quanto mais um indivíduo demonstra ter atitudes igualitárias de género, mais repudia a violência contra as mulheres, demonstrando uma maior perceção da violência como inaceitável, rejeitando a culpa da vítima e responsabilizando o agressor (Flood & Pease, 2009).

Também o género se constitui como um preditor consistente da existência de atitudes que apoiam o uso da violência contra as mulheres. Segundo Harris & Cook (1994), os homens têm uma maior probabilidade de demonstrar atitudes de aceitação da violência entre parceiros íntimos, uma vez que estes tendem a ter uma visão mais tradicional dos papéis das mulheres do que as próprias (Pavlou & Knowles, 2001). Uma ampla gama de estudos internacionais demonstram, consistentemente, que os homens são mais propensos do que as mulheres a concordar com mitos e crenças que apoiam a violência íntima, a culpar e demonstrar menos empatia pela vítima, a minimizar os danos associados à agressão física e sexual e a percecionar comportamentos violentos como menos graves, inadequados ou prejudiciais (Flood & Pease, 2009).

Uma maior tolerância para com níveis de violência que se consideram normais e aceitáveis está associado com uma menor probabilidade de intervir ou denunciar a situação (Gracia, García & Lila, 2009). Se a violência do parceiro contra a mulher é considerada como tal apenas quando envolve violência extrema, grave ou repetida, é mais provável que alguns tipos de violência em relacionamentos íntimos possam ser vistos como aceitáveis em certas circunstâncias (Gracia & Herrero, 2006).

Capezza e Arriaga (2008) sugerem que as perceções são fortemente influenciadas pela natureza dos atos entre parceiros e nem todas as formas de agressão são

percecionadas da mesma forma, evidenciando a falha existente em equiparar agressão física e psicológica. Segundo este estudo, a maioria dos estudantes universitários não considera a agressão psicológica inaceitável, o que sugere que dada a sua frequente ocorrência nas relações de namoro, este tipo de violência é percebido como um comportamento “normal” entre parceiros íntimos (Woods et al., 2016).

Durante muito tempo, e para a maioria das pessoas, a violência tem vindo a ser equiparada à brutalidade, envolvendo apenas a força física. O esquema da violência tem sido associado principalmente a agressões físicas severas, sendo considerado um exagero encarar a agressão física menor ou a agressão psicológica como manifestações de violência. No entanto, a definição coletiva de violência evoluiu e o abuso psicológico é, cada vez mais, reconhecido como uma forma de violência. Em 1989, Tolman distingue ainda duas categorias de abuso psicológico: dominação (e.g.: restrição, controlo, coerção, etc.) e emocional (e.g.: degradação, humilhação, culpa, etc.) (Chamberland & Laporte, 2010).

Enquanto a violência física é facilmente observável, o abuso psicológico manifesta-se de formas mais subtis, dificultando o reconhecimento da gravidade das suas consequências (Echeburúa & Munhoz, 2017). No entanto, importa referir que um número crescente de pesquisas demonstram que a agressão psicológica é tão, ou mais, prejudicial para a vítima, do que a agressão física. Segundo Arriaga e Cappelletti (2011), 70% das mulheres vítimas de violência relataram que o abuso emocional tem um efeito mais negativo na sua saúde, do que propriamente a agressão física. Ainda assim, este tipo de violência é, muitas vezes, considerado menos grave do que a violência física, o que se relaciona com uma menor probabilidade de intervir numa situação de violência psicológica.

2.2. A influência da atribuição de culpa

A atribuição de causalidade é o processo através do qual o indivíduo procura explicações acerca do porquê das ocorrências, das causas dos fenómenos, criando uma relação unitária entre a sua origem e as suas consequências (Marques & Coleta, 2010). No que concerne ao fenómeno da VPI, as atribuições de causalidade dos indivíduos são relevantes na medida em que influenciam a sua disponibilidade para ajudar. A culpa de um evento violento pode ser atribuída ao agressor, à vítima ou a uma situação de vida (e.g.: stress familiar, dificuldades financeiras, desemprego, etc.) (Worden & Carlson, 2005). O contexto de um evento violento e, em certa medida, as características do próprio

ajudante informal podem ter impacto sobre as suas atribuições de culpa. Em contexto universitário, foram vários os estudos que demonstraram que os estudantes do sexo masculino tendem a fazer julgamentos mais severos acerca das vítimas, do que as estudantes do sexo feminino (Bryant & Spencer, 2003).

Muitos foram os estudos que se interessaram, particularmente, em medir a prevalência de atitudes de culpabilização da vítima, assim como em compreender as justificações para a existência de tolerância de alguns comportamentos violentos. Os resultados encontrados pelos diversos autores apresentam explicações distintas. Alguns autores acreditam que o comportamento da mulher provoca, e conseqüentemente, merece reações violentas por parte do companheiro (Worden & Carlson, 2005). Outros, acreditam que algumas mulheres são masoquistas que não só toleram, como gostam e convidam à existência de comportamentos abusivos (Ewing & Aubrey, 1987). Por fim, acredita-se também que, independentemente do que provocou o comportamento violento, a vítima acarreta alguma responsabilidade pela violência continuada, se não terminar a relação (Worden & Carlson, 2005) ou se já tinha sido vítima numa relação anterior (Taylor & Sorenson, 2005).

Estas atitudes podem contribuir para uma insensibilidade pública para com o sofrimento das vítimas, suportando a visão de que algumas formas de violência entre parceiros íntimos são mais toleráveis ou justificadas do que outras, uma vez que se considera que a vítima tem, em parte, culpa da situação em que se encontra (Gracia & Tomás, 2014). A noção de que a vítima é responsável pela sua vitimação pode absolver os agressores da sua responsabilidade aos olhos do público que partilha estas atitudes (Tang, Wong & Cheung, 2002), diminuindo conseqüentemente a probabilidade de ser ajudada por terceiros.

Segundo Gracia e Herrero (2006), a existência de certos níveis de violência considerados normais e aceitáveis, estão associados com atitudes negativas relacionadas com a denúncia de casos às autoridades, concluindo assim que vítimas culpabilizadas pelos seus próprios problemas serão menos propensas a receber ajuda (West & Wandrei, 2002). A atribuição de culpa constitui-se, assim, como um dos fatores que mais influência exerce na decisão de intervir, considerando que a existência de atitudes de culpabilização da vítima pode diminuir a responsabilidade percebida dos indivíduos para ajudar (Gracia & Tomás, 2014).

2.3. A influência da percepção de severidade e da responsabilidade percebida

Foi na década de 70 que Bibb Latané e John Darley desenvolveram o primeiro modelo teórico sobre a temática da intervenção dos espectadores durante uma emergência. Os autores notaram que situações de emergência são, muitas vezes, ambíguas, exigindo julgamentos complexos por parte dos observadores (Stueve, Dash, O'Donnell, Tehranifar, Wilson-Simmons, Slaby & Link, 2006).

No âmbito das suas pesquisas, Latané e Darley desenvolveram um modelo de cinco etapas para explicar o processo através do qual o indivíduo passa até decidir intervir, onde identificam os fatores chave que aumentam a probabilidade de um indivíduo ajudar alguém em perigo (Laner, Benin & Ventrone, 2001). Em cada um dos cinco passos descritos pelo modelo, o espectador toma uma decisão, sendo que, se eventualmente intervém, ou não, depende da combinação de decisões tomadas nesta sequência (McMahon & Banyard, 2012).

Em primeiro lugar, (1) um indivíduo que se depare com uma emergência deve reconhecer que algo está a acontecer, devendo, em seguida, (2) interpretar o evento como uma emergência e (3) decidir se é, ou não, da sua responsabilidade intervir. São diversas as variáveis que determinam se o espectador sentirá essa responsabilidade: características do espectador, características da vítima, fatores situacionais e relação entre espectador e vítima. Após decidir intervir, (4) a forma de intervenção deve ser escolhida, optando por uma intervenção direta (intervir diretamente na situação) ou indireta (chamar profissionais para ajudar). Por fim, (5) a intervenção escolhida deve ser implementada (Hoefnagels & Zwikker, 2001). Em cada fase desse processo, os espectadores podem ser dissuadidos de agir, seja porque interpretaram erroneamente a situação, porque negam a sua responsabilidade em ajudar ou porque, simplesmente, não têm um plano ou os meios necessários para o concretizar (Stueve et al, 2006).

Para além do risco real ou percebido de intimidação física ou ofensa contra o indivíduo pelos seus esforços de intervenção numa situação de VPI, existe ainda o medo do constrangimento social. Esse medo é baseado na crença de que o espectador não tem conhecimento suficiente para determinar se a situação em questão é realmente uma emergência que justifique a sua intervenção ou assistência. Este medo está bastante evidente nas populações universitárias (Branch et al, 2013).

Um obstáculo à intervenção prende-se com a possibilidade dos ajudantes informais não interpretarem o evento como uma emergência, uma vez que interpretar adequadamente uma emergência e sentir-se competente para agir são passos necessários

para decidir ajudar (Chabot et al, 2009). Se alguns incidentes forem percebidos como aceitáveis, ou não suficientemente graves, é mais improvável que os espectadores tenham iniciativa de intervir. No entanto, situações avaliadas com um maior grau de severidade estão associados a uma maior probabilidade de o fazerem (Sylaska & Walters, 2014).

Em situações de VPI, um fator que afeta fortemente a disposição dos espectadores para agir é, exatamente, a ambiguidade das situações. Pesquisas demonstraram que quando os espectadores não têm certezas daquilo que está a acontecer, ou sentem que a vítima não está em apuros, têm menos probabilidade de ajudar. Por outro lado, os espectadores que tinham a certeza de que a sua falta de intervenção poderia levar a graves consequências negativas para a vítima, a probabilidade de oferecer ajuda era mais alta (Nicksa, 2013).

Para além do nível de gravidade da situação, o que parece também importar para a decisão de intervir é a responsabilidade percebida, isto é, o nível de responsabilidade sentido que, em termos de gestão de comportamentos, se constitui como uma razão interna para agir (Gracia, García e Lila, 2009). O tipo de relação entre o ajudante informal e a vítima (familiares/amigos, vizinhos ou desconhecidos) também influencia a probabilidade da intervenção (Palmer, Nicksa & McMahon, 2016), estando os espectadores mais dispostos a ajudar as pessoas mais próximas. Segundo Stueve e colaboradores (2006), os espectadores sentem uma maior responsabilidade para intervir quando membros da família estão envolvidos em situações violentas ou potencialmente violentas. Já a pesquisa de Frye, Paul, Todd, Lewis, Cupid, Coleman e O'Campo (2012) sobre a prevenção de violência entre parceiros íntimos em bairros, demonstrou que os residentes da comunidade demonstravam também disponibilidade para ajudar vítimas vizinhas, consciencializando os agressores de que a violência foi ouvida e denunciando a situação à polícia (Branch et al., 2013).

A perceção de severidade e a responsabilidade percebida constituem-se, assim, como fatores que influenciam a decisão de, efetivamente, intervir. Para tal, os ajudantes informais devem observar o evento (uma situação de violência entre parceiros íntimos), interpretá-lo como uma emergência, sentir-se pessoalmente responsável e possuir as competências necessárias e recursos para agir (Gracia, Garcia & Lila, 2009).

Outro modelo que oferece uma explicação sobre o comportamento do espectador é o Modelo de Cálculo do Observador de Piliavin e colaboradores. Este modelo assume que as pessoas são relativamente racionais e preocupadas, principalmente, com o seu interesse próprio, estando motivadas a maximizar as suas recompensas e a minimizar os

seus custos (Penner, Dovidio, Piliavin & Schoroeder, 2005). De acordo com este modelo, indivíduos que observam uma emergência experimentam uma excitação emocional e são motivados a intervir para reduzir a sua excitação, avaliando os custos e benefícios pessoais associados (Chabot, Gray, Makande & Hoyt, 2016).

Este modelo de custo-recompensa propõe que testemunhar a angústia do outro cria uma excitação empática desagradável no observador, sendo este motivado a reduzi-la. A excitação empática motiva o espectador a agir e a análise de custo-recompensa fornece orientação para as ações do observador (Feigin, Owens & Goodyear-Smith, 2014). Numa emergência, os potenciais ajudantes analisam as circunstâncias e ponderam os prováveis custos e recompensas de cursos alternativos de ação, optando pela decisão com o melhor resultado pessoal para eles.

Segundo este modelo, numa situação de emergência, o espectador passa por três fases até fornecer uma resposta: (1) alerta fisiológico, (2) atribuição de uma emoção ao alerta e (3) avaliação das suas consequências. Quando um indivíduo se depara com uma situação de *stress*, a primeira reação é fisiológica, existindo uma reação de orientação que prepara o sujeito para atuar. Assistir a uma emergência pode causar no observador duas reações: angústia pessoal – em que a ajuda tem como objetivo a diminuição da mesma – ou uma reação de empatia, em que o sujeito é motivado a ajudar pela preocupação com o outro e pelo desejo de reduzir o seu sofrimento. Por fim, o indivíduo avalia a situação antes de atuar, escolhendo a opção que diminua o seu *stress* pessoal com o mínimo de custos possíveis (Piliavin, Piliavin & Rodin, 1975). Quanto menor a responsabilidade percebida de ajudar, menores os custos psicológicos de não ajudar e menor a probabilidade de ajuda ser oferecida (Gracia, Garcia & Lila, 2009).

Pesquisas sobre a procura de ajuda sugerem que o altruísmo e própria preocupação do espectador desempenham um papel central nas decisões sobre ajudar ou não. Quando as pessoas sentem que ajudar irá contribuir para a redução do seu desconforto ou culpa, a probabilidade de intervir aumenta. Quanto maior a necessidade de ajuda da vítima, maior a probabilidade de receber ajuda de terceiros, a não ser que ajudar acarrete demasiados custos ou se parecer que ajudar não vai aliviar o *stress* da vítima. No geral, as pessoas podem tentar minimizar os custos de ajudar enquanto maximizam as recompensas, sendo que a decisão de ajudar é mais frequentemente baseada nos custos percebidos de ajudar, do que nas potenciais recompensas (Weisz, Tolman, Callahan, Saunders & Black, 2007).

Parte II – Estudo Empírico

1. Objetivos e Hipóteses

A presente dissertação tem como objetivo central compreender de que forma as atitudes, a atribuição de culpa, a percepção de severidade e a responsabilidade percebida se constituem como preditores da intenção de agir de potenciais ajudantes informais. Mais concretamente, pretende-se esclarecer se a intenção de agir difere consoante variáveis demográficas como o género e a experiência anterior de violência ou o tipo de violência em questão. Para além disto, tem ainda como objetivo compreender se as atitudes em relação à violência nas relações de intimidade juvenil diferem consoante o género dos participantes.

Neste sentido, enunciaram-se as seguintes hipóteses:

H1: Espera-se que a percepção de severidade, responsabilidade percebida e o tipo de atribuição de culpa da situação se constituam como preditores da intenção de agir;

H2: Espera-se que existam diferenças significativas ao nível da intenção de agir em função do género;

H3: Espera-se que existam diferenças significativas ao nível da intenção de agir em função da experiência anterior de violência do ajudante informal (como observador ou como vítima/agressor);

H4: Espera-se que existam diferenças significativas na intenção de agir em função do tipo de violência (física ou psicológica);

H5: Espera-se que existam diferenças significativas nas atitudes em função do género.

2. Metodologia

2.1. Participantes

A amostra utilizada neste estudo é constituída por 334 participantes (N = 334), alunos da Universidade de Évora, dos quais 66,8% (N = 223) são do género feminino e 33,2% (N = 111) são do género masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, com uma média de idades de 20,7 anos. Relativamente ao estado civil, todos os participantes são solteiros, tendo sido excluídos, da amostra original, todos os que tinham outro estado civil, uma vez que o objetivo seria estudar as atitudes e intenção de agir dos

estudantes em contexto de namoro. No entanto, 49,7% (N = 166) dos participantes afirmou estar envolvido numa relação amorosa.

No que respeita ao curso dos participantes, 71,3% (N = 238) estão inscritos em cursos que pertencem à Escola de Ciências Sociais, 17,7% (N = 59) dos participantes pertencem à Escola de Ciências e Tecnologia, 6% (N = 20) pertencem à Escola de Artes e, por fim, 5,1% (N = 17) pertencem à Escola de Enfermagem.

Relativamente à questão se estavam, ou não, deslocados da sua área de residência para estudar na Universidade de Évora, 56,9% (N = 190) dos estudantes responderam positivamente, sendo que os restantes 43,1% (N = 144) não se encontram deslocados. Quanto à área de residência dos participantes deslocados, 63,5% (N = 212) afirmaram viver num meio urbano e 36,5% (N = 122) num meio rural.

Por fim, quanto à experiência anterior de violência, 30,5% (N = 102) dos participantes afirma já ter observado uma situação de violência, no entanto apenas 13,2% (N = 44) afirma já ter estado envolvido numa situação de violência na intimidade como vítima ou agressor.

2.2. Instrumentos

O instrumento utilizado no presente estudo está dividido em três partes (Anexo A). A primeira parte é constituída por um conjunto de cenários hipotéticos que retratam situações de violência na intimidade, seguidos de doze questões relativas à responsabilidade percebida, à perceção de severidade, à atribuição de culpa e à intenção de agir. A segunda parte é, por sua vez, constituída pela Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (E.A.V.N.), sendo a terceira e última parte referente ao questionário sociodemográfico.

O conjunto de cenários hipotéticos e respetivas questões foram desenvolvidos por Tojo (2017) e Lagartixa (2017) a partir dos trabalhos de Turgeon e Chamberland (1994) e Gracia, García e Lila (2008). Estes retratam situações de violência, entre parceiros íntimos, dois deles sobre a violência física e dois sobre a violência psicológica, sendo o agressor do género masculino e a vítima do género feminino (Tabela 1). A cada um destes cenários seguiu-se um conjunto de 12 perguntas que questionavam o sujeito relativamente à responsabilidade percebida, à perceção de severidade, à atribuição de culpa e à intenção de agir face à situação descrita.

Tabela 1. *Conjunto de cenários hipotéticos*

Cenários Hipotéticos	
Violência Física	“Francisco agride Vera, dando-lhe uma bofetada”
Violência Psicológica	“Rui e Ana discutem e Rui arremessa-lhe um objeto (e.g.: cinzeiro)”
	“Luís e Margarida discutem e Luís chama-lhe burra e inútil”
	“Carlos ameaça e chantageia Maria”

A responsabilidade percebida foi avaliada mediante três questões que visam compreender até que ponto o participante se sentiria responsável por intervir se a vítima fosse sua familiar, sua vizinha ou uma pessoa desconhecida. Já a percepção de severidade foi avaliada através de uma única questão que pretendia medir o grau de gravidade percebida, da situação observada. Para avaliar a atribuição de culpa, existiam três questões com o objetivo de compreender a quem o participante atribuía a culpa da situação descrita (à vítima, ao agressor ou a uma situação de vida). Por fim, a intenção comportamental é avaliada mediante cinco questões relativas à probabilidade do participante intervir consoante os diferentes cursos de ação apresentados (denúncia anónima, denúncia identificada, falar/aconselhar a vítima, falar/aconselhar o agressor e intervir diretamente na situação) (Tabela 2). Para responder a este conjunto de 12 questões, os participantes utilizaram uma escala diferencial semântica de 10 pontos compreendida entre “nada” e “muito”.

Tabela 2. *Conjunto de questões aplicada em cada cenário hipotético*

Dimensão Avaliada	Item
Responsabilidade Percebida	1. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?
	2. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?
	3. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?
Perceção de Severidade	4. Até que ponto esta situação lhe parece grave?
Atribuição de Culpa	5. Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?
	6. Em que medida concorda que a culpa da situação seja do agressor?
	7. Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (e.g.: desemprego)?
Intenção de Agir	8. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?
	9. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?
	10. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?
	11. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o agressor?
	12. Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?

Como mencionado anteriormente, a segunda parte do instrumento utilizado refere-se à Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (E.A.V.N.) desenvolvida e validada por Price, Byers & The Dating Violence Research Team em 1999 e traduzida e adaptada para a população portuguesa por Saavedra, Machado e Martins em 2008. Esta constitui-se como um instrumento de autorrelato composto por setenta e seis itens, subdivididos em seis escalas, sendo três delas relativas à violência masculina e três

relativas à violência feminina, medindo as atitudes dos sujeitos relativamente à violência física, psicológica e sexual (Saavedra, 2010). Nesta dissertação apenas se utilizaram as duas subescalas para a violência masculina, relativamente à violência física e psicológica, excluindo as subescalas para a violência feminina e as subescalas relativas à violência sexual, totalizando vinte e sete itens (Anexo A).

Cada um dos itens desta escala avalia as atitudes dos jovens face à temática da violência no namoro, neste caso, mais especificamente, da violência física e psicológica. Para cada um dos itens existe um conjunto de respostas numa escala de *Likert* de cinco opções, sendo 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo, 3 – Não Concordo, Nem Discordo, 4 – Concordo e 5 – Concordo Totalmente.

Por fim, foi ainda utilizado um Questionário Sociodemográfico constituído por onze itens, com o objetivo de recolher informações sobre o participante, relativamente ao género, idade, estado civil, curso, local de residência, se se encontra numa relação amorosa, se alguma vez observou uma situação de violência doméstica ou se alguma vez passou por uma situação de violência doméstica como vítima ou agressor/a (Anexo A).

2.3. Procedimento de recolha e análise de dados

A amostra foi recolhida entre os meses de Dezembro de 2017 e Fevereiro de 2018 através de procedimentos de amostragem não probabilísticos e efeito bola de neve. Para tal, foi solicitado a diversos alunos de Licenciatura e Mestrado da Universidade de Évora que participassem no estudo e pedissem a outras pessoas que participassem também, com o objetivo de chegar ao maior número de alunos possível. Relativamente ao curso de Psicologia, a participação dos alunos foi realizada no âmbito das unidades curriculares de Psicologia Social e Dinâmica de Grupos, pelo que, os alunos que participaram receberam uma compensação na nota final.

Para facilitar a participação dos alunos no estudo foi facultado um *link* através do qual os participantes poderiam aceder ao questionário *online* que compilava as três partes do instrumento. No início do questionário, os participantes tinham acesso ao consentimento informado (Anexo B) cuja leitura não só os elucidava sobre os objetivos do estudo, como também assegurava a confidencialidade das respostas. Os participantes eram ainda informados de que as respostas seriam utilizadas exclusivamente para fins académicos. Ao prosseguirem para a página seguinte os participantes aceitariam participar no estudo.

Relativamente à Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro surgiu a necessidade de se realizar a inversão dos itens negativos. Na subescala para a violência psicológica fez-se a inversão dos itens 1, 2, 5, 9, 10 e 13 e na subescala para a violência física, fez-se a inversão dos itens 16, 18, 20 e 22. Assim, quanto maior o valor obtido na escala, maior a existência de atitudes em relação à violência entre parceiros íntimos.

Na Tabela 3, apresentam-se os resultados obtidos no âmbito da precisão da EAVN – na sua versão adaptada, uma vez que foi utilizada uma versão reduzida da mesma. Para a subescala da violência psicológica o alfa de *Cronbach* é de 0,78, sendo que para a subescala da violência física assume um valor de 0,80, valores não muito diferentes daqueles obtidos na versão original traduzida.

Tabela 3. *Resultados de precisão da Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro*

	Nº de Itens	Alfa de Cronbach da versão traduzida	Alfa de Cronbach da versão presente
Subescala da Violência Psicológica	15	0, 77	0, 78
Subescala da Violência Física	12	0, 81	0, 80

Para o estudo da validade de constructo da escala, procedeu-se à análise fatorial exploratória dos itens, com o objetivo de replicar o procedimento utilizado pela autora da versão traduzida. Nesse sentido, realizou-se uma análise fatorial exploratória dos componentes principais de cada uma das subescalas. No que concerne à subescala da violência psicológica, o fator ao qual foi reduzida explica 27,3% da variância dos resultados. Esta subescala conserva os 15 itens da subescala original. Os itens que compõem a subescala e a sua saturação no fator estão sistematizados na Tabela 4.

Tabela 4. *Resultados da validade de constructo da subescala da violência psicológica*

#	Item	Fator 1
7	Uma rapariga deve mudar a sua forma de ser para agradar ao namorado.	0, 67
8	Uma rapariga deve fazer sempre o que o namorado lhe diz para fazer.	0, 63
14	Uma rapariga não deve estar com os amigos se isso aborrecer o namorado.	0, 61
10	Não existe nenhuma razão para um rapaz insultar a namorada.	0, 60
15	É importante que uma rapariga se vista sempre da forma que o namorado quer.	0, 60
4	Os relacionamentos resultam melhor quando as raparigas procuram agradar os namorados.	0, 59
2	Um rapaz não deve dizer à namorada o que fazer.	0, 58
11	É normal um rapaz gritar com a namorada quando está furioso.	0, 57
13	Não existe nenhuma razão para um rapaz gritar e berrar com a namorada.	0, 53
5	Não existe nenhuma razão para um rapaz ameaçar a namorada.	0, 48
6	Por vezes, os rapazes não conseguem evitar insultar as namoradas.	0, 44
12	Um rapaz pode dizer mal da namorada.	0, 38
3	Uma rapariga deve pedir autorização ao namorado para sair com os amigos.	0, 37
9	Um rapaz não precisa de saber tudo o que a namorada faz.	0, 37
1	Um rapaz não deve insultar a namorada.	0, 24

O fator que reúne os itens da subescala da violência física explica 34,4% da variância dos resultados. Esta subescala mantém os 12 itens da versão original. A Tabela 5 discrimina os 12 itens e a sua saturação.

Tabela 5. *Resultados da validade de constructo da subescala da violência física*

#	Item	Fator 1
21	Por vezes um rapaz não consegue evitar bater na namorada quando ela o irrita.	0, 74
27	Um rapaz pode bater na namorada se ela merecer.	0, 70
26	Normalmente um rapaz não bate na namorada a não ser que esta mereça.	0, 65
23	Por vezes, o ciúme põe um rapaz tão louco que ele bate na namorada.	0, 65
19	Por vezes os rapazes não conseguem evitar dar murros na namorada.	0, 64
24	As raparigas que traem os namorados merecem ser esbofeteadas.	0, 63
17	Algumas raparigas merecem levar uma bofetada dos namorados.	0, 60
25	Por vezes, o amor faz com que um rapaz fique tão louco que ele bate na namorada.	0, 60
22	Não existe nenhuma razão para um rapaz dar uma bofetada à namorada.	0, 52
20	Não existe nenhuma razão para um rapaz empurrar a namorada.	0, 46
18	Não é correto um rapaz bater na namorada.	0, 38
16	Uma rapariga deve acabar o namoro se o namorado lhe bater.	0, 31

Para testar a primeira hipótese colocada, realizou-se um modelo de regressão linear múltipla para as variáveis dependentes relativas à intenção de agir: realizar uma denúncia anónima, realizar uma denúncia identificada, falar/aconselhar a vítima, falar/aconselhar o agressor e intervir diretamente na situação. Como variáveis explicativas consideraram-se as variáveis: percepção de severidade, responsabilidade percebida e atribuição de culpa. O procedimento foi realizado num primeiro momento para os cenários da violência física, e posteriormente para os cenários da violência psicológica.

Por sua vez, para testar as H2, H3 e H4, foram realizadas ANOVAS de medições repetidas da intenção de agir (mediante os cinco cursos de ação anteriormente mencionados) em função do género, da experiência anterior de violência (como observador e como vítima/agressor) e em função do tipo de violência (física ou psicológica), respetivamente. Por fim, para testar a H5 foi realizado o teste *t*-Student para analisar as atitudes dos participantes em função do género do participante.

3. Resultados

3.1. Análise de regressão

1ª Hipótese de investigação: Espera-se que a percepção de severidade, responsabilidade percebida e o tipo de atribuição de culpa da situação se constituam como preditores da intenção de agir.

Para responder à primeira hipótese de investigação colocada calcularam-se modelos de regressão linear múltipla para a variável dependente “intenção de agir”, com as seguintes variáveis independentes: “percepção de severidade”, “responsabilidade percebida” (quando a vítima é familiar, vizinha e desconhecida) e “atribuição de culpa” (à vítima, ao agressor ou a uma situação de vida).

O modelo de regressão linear múltipla presente na Tabela 6, referente ao cenário de violência física (agressão), começa por identificar como preditores significativos da intenção de realizar uma denúncia anónima as seguintes variáveis: “percepção de severidade” ($F=,350$; $p =,000$) e “responsabilidade (vítima vizinha)” ($F=,247$; $p =,000$). De acordo com o $R^2 =,26$, pode afirmar-se que 26% da variabilidade da intenção de realizar este tipo de ajuda é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo. Relativamente à intenção de realizar uma denúncia identificada, apontam-se as variáveis “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,385$; $p =,000$) e “atribuição de culpa (ao agressor)” ($F=,148$; $p =,003$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,19$, pode afirmar-se que 19% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

No que concerne à intenção de falar/aconselhar a vítima, o modelo de regressão identifica apenas a variável “responsabilidade (vítima é vizinha)” ($F=,512$; $p =,000$) como variável preditiva da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,26$, pode afirmar-se que 26% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pela variável independente presente neste modelo. Já no que toca à intenção de falar/aconselhar o agressor, o modelo identifica as variáveis “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,268$; $p =,000$) e “atribuição de culpa (à vítima)” ($F=,172$; $p =,001$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,09$, pode afirmar-se que 9% da variabilidade da intenção de realizar este curso de

ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo. Por fim, o modelo de regressão identifica ainda as variáveis “responsabilidade (vítima vizinha)” ($F=,246$; $p=,008$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,219$; $p=,018$) como preditores significativos da intenção de intervir diretamente na situação. De acordo com o $R^2=,20$, pode afirmar-se que 20% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

O modelo de regressão linear múltipla presente na Tabela 7, referente ao cenário de violência física (atirar objeto), começa por identificar como preditores significativos da intenção de realizar uma denúncia anónima as seguintes variáveis: “perceção de severidade” ($F=,308$; $p=,000$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,305$; $p=,000$). De acordo com o $R^2=,27$, pode afirmar-se que 27% da variabilidade da intenção de realizar este tipo de ajuda é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo. Relativamente à intenção de realizar uma denúncia identificada, apontam-se as variáveis “responsabilidade (vítima vizinha)” ($F=,168$; $p=,032$), “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,421$; $p=,000$) e “atribuição de culpa (à vítima)” ($F=,099$; $p=,031$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2=,35$, pode afirmar-se que 35% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

No que concerne à intenção de falar/aconselhar a vítima, o modelo de regressão identifica as variáveis “perceção de severidade” ($F=,178$; $p=,000$), “responsabilidade (vítima é vizinha)” ($F=,353$; $p=,000$), “responsabilidade (vítima é desconhecida)” ($F=,158$; $p=,031$) e “atribuição de culpa (ao agressor)” ($F=,131$; $p=,004$) como variáveis preditivas da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2=,42$, pode afirmar-se que 42% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo. Já no que toca à intenção de falar/aconselhar o agressor, o modelo identifica as variáveis “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,329$; $p=,000$) e “atribuição de culpa (à vítima)” ($F=,190$; $p=,000$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2=,12$, pode afirmar-se que 12% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

Por fim, o modelo de regressão identifica apenas a variável “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,558$; $p=,000$) como preditor significativo da intenção de intervir diretamente na situação. De acordo com o $R^2=,31$, pode afirmar-se que 31% da

variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pela variável independente presente neste modelo.

O modelo de regressão linear múltipla presente na Tabela 8, referente ao cenário de violência psicológica (insultar), começa por identificar como preditores significativos da intenção de realizar uma denúncia anônima as seguintes variáveis: “percepção de severidade” ($F=,345$; $p =,000$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,385$; $p =,000$). De acordo com o $R^2 =,42$, pode afirmar-se que 42% da variabilidade da intenção de realizar este tipo de ajuda é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo. Relativamente à intenção de realizar uma denúncia identificada, apontam-se as variáveis “percepção de severidade” ($F=,183$; $p =,000$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,535$; $p =,000$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,43$, pode afirmar-se que 43% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

No que concerne à intenção de falar/aconselhar a vítima, o modelo de regressão identifica as variáveis “percepção de severidade” ($F=,368$; $p =,000$), “responsabilidade (vítima é vizinha)” ($F=,311$; $p =,000$) e “atribuição de culpa (ao agressor)” ($F=,197$; $p =,000$) como variáveis preditivas da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,52$, pode afirmar-se que 52% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo. Já no que toca à intenção de falar/aconselhar o agressor, o modelo identifica as variáveis “responsabilidade (vítima vizinha)” ($F=,264$; $p =,000$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,183$; $p =,047$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,19$, pode afirmar-se que 19% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

Por fim, o modelo de regressão identifica ainda as variáveis “percepção de severidade” ($F=,164$; $p =,001$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,567$; $p =,000$) como preditores significativos da intenção de intervir diretamente na situação. De acordo com o $R^2 =,46$, pode afirmar-se que 46% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

O modelo de regressão linear múltipla presente na Tabela 9, referente ao cenário de violência psicológica (ameaçar), começa por identificar como preditores significativos da intenção de realizar uma denúncia anônima as seguintes variáveis: “percepção de severidade” ($F=,271; p =,000$), “responsabilidade (vítima familiar)” ($F=,114; p =,038$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,322; p =,000$). De acordo com o $R^2 =,33$, pode afirmar-se que 33% da variabilidade da intenção de realizar este tipo de ajuda é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo. Relativamente à intenção de realizar uma denúncia identificada, apontam-se as variáveis “percepção de severidade” ($F=,174; p =,000$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,491; p =,000$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,35$, pode afirmar-se que 35% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

No que concerne à intenção de falar/aconselhar a vítima, o modelo de regressão identifica as variáveis “percepção de severidade” ($F=,201; p =,000$), “responsabilidade (vítima é vizinha)” ($F=,237; p =,002$), “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,209; p =,007$) e “atribuição de culpa (ao agressor)” ($F=,201; p =,000$) como variáveis preditivas da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,40$, pode afirmar-se que 40% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo. Já no que toca à intenção de falar/aconselhar o agressor, o modelo identifica as variáveis “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,364; p =,000$) e “atribuição de culpa (à vítima)” ($F=,171; p =,001$) como preditores significativos da intenção de realizar este tipo de ajuda. De acordo com o $R^2 =,14$, pode afirmar-se que 14% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

Por fim, o modelo de regressão identifica ainda as variáveis “percepção de severidade” ($F=,148; p =,004$) e “responsabilidade (vítima desconhecida)” ($F=,482; p =,000$) como preditores significativos da intenção de intervir diretamente na situação. De acordo com o $R^2 =,32$, pode afirmar-se que 32% da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação é explicada pelas variáveis independentes presentes neste modelo.

Tabela 6. *Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência física – agressão*

Intenção de agir	R ²	Severidade	Responsabilidade (vítima familiar)	Responsabilidade (vítima vizinha)	Responsabilidade (vítima desconhecida)	Atribuição de culpa (vítima)	Atribuição de culpa (agressor)	Atribuição de culpa (situação)
Denúncia anônima	,259	,350 (,000)	-	,247 (,000)	-	-	-	-
Denúncia identificada	,191	-	-	-	,385 (,000)	-	,148 (,003)	-
Falar/aconselhar a vítima	,262	-	-	,512 (,000)	-	-	-	-
Falar/aconselhar o agressor	,086	-	-	-	,268 (,000)	,172 (,001)	-	-
Intervir diretamente	,199	-	-	,246 (,008)	,219 (,018)	-	-	-

Tabela 7. *Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência física – atirar objeto*

Intenção de agir	R ²	Severidade	Responsabilidade (vítima familiar)	Responsabilidade (vítima vizinha)	Responsabilidade (vítima desconhecida)	Atribuição de culpa (vítima)	Atribuição de culpa (agressor)	Atribuição de culpa (situação)
Denúncia anônima	,265	,308 (,000)	-	-	,305 (,000)	-	-	-
Denúncia identificada	,354	-	-	,168 (,032)	,421 (,000)	-,099 (,031)	-	-
Falar/aconselhar a vítima	,421	,178 (,000)	-	,353 (,000)	,158 (,031)	-	,131 (,004)	-
Falar/aconselhar o agressor	,123	-	-	-	,329 (,000)	,190 (,000)	-	-
Intervir diretamente	,312	-	-	-	,558 (,000)	-	-	-

Tabela 8. *Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência psicológica – insultar*

Intenção de agir	R ²	Severidade	Responsabilidade (vítima familiar)	Responsabilidade (vítima vizinha)	Responsabilidade (vítima desconhecida)	Atribuição de culpa (vítima)	Atribuição de culpa (agressor)	Atribuição de culpa (situação)
Denúncia anônima	,418	,345 (,000)	-	-	,385 (,000)	-	-	-
Denúncia identificada	,431	,183 (,000)	-	-	,535 (,000)	-	-	-
Falar/aconselhar a vítima	,516	,368 (,000)	-	,311 (,000)	-	-	,197 (,000)	-
Falar/aconselhar o agressor	,185	-	-	,264 (,004)	,183 (,047)	-	-	-
Intervir diretamente	,455	,164 (,001)	-	-	,567 (,000)	-	-	-

Tabela 9. *Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de violência psicológica – ameaçar*

Intenção de agir	R ²	Severidade	Responsabilidade (vítima familiar)	Responsabilidade (vítima vizinha)	Responsabilidade (vítima desconhecida)	Atribuição de culpa (vítima)	Atribuição de culpa (agressor)	Atribuição de culpa (situação)
Denúncia anônima	,331	,271 (,000)	,114 (,038)	-	,322 (,000)	-	-	-
Denúncia identificada	,346	,174 (,000)	-	-	,491 (,000)	-	-	-
Falar/aconselhar a vítima	,397	,201 (,000)	-	,237 (,002)	,209 (,007)	-	,201 (,000)	-
Falar/aconselhar o agressor	,138	-	-	-	,364 (,000)	,171 (,001)	-	-
Intervir diretamente	,316	,148 (,004)	-	-	,482 (,000)	-	-	-

3.2. Análise comparativa: Género e experiência anterior de violência

2ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas ao nível da intenção de agir em função do género.

Para testar a segunda hipótese, foi realizada uma ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir, mediante cinco cursos de ação, para a violência física e para a violência psicológica em função do género. No que concerne à violência física, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, em relação aos seguintes tipos de ajuda: realizar uma denúncia anónima ($p = ,000$), realizar uma denúncia identificada ($p = ,006$) e falar/aconselhar a vítima ($p = ,000$), como se pode constatar na Tabela 10. Nos três casos, as mulheres apresentam uma intenção de agir significativamente maior do que os homens. Nos restantes dois cursos de ação (“falar/aconselhar o agressor” e “intervir diretamente na situação”) não se verificaram diferenças significativas.

Tabela 10. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função do género

Intenção de agir	Feminino Média	Masculino Média	F	Sig.
Denúncia anónima	7,62	6,32	24,23	,000
Denúncia identificada	6,05	5,62	2,10	,006
Falar/aconselhar a vítima	8,14	7,07	26,61	,000
Falar/aconselhar o agressor	5,26	5,15	,12	,729
Intervir diretamente na situação	6,50	6,36	,32	,574

Relativamente à violência psicológica, verificaram-se diferenças significativas entre homens e mulheres, em relação aos seguintes cursos de ação: realizar uma denúncia anónima ($p = ,030$), falar/aconselhar a vítima ($p = ,000$) e falar/aconselhar o agressor ($p = ,005$) (Tabela 11). Quanto ao curso de ação “intervir diretamente na situação”, apenas se verificaram diferenças marginalmente significativas ($p = ,080$). Nos quatro casos, as mulheres apresentam uma intenção de agir significativamente maior do que os homens, sendo que no restante curso de ação “realizar uma denúncia identificada”, não se verificaram diferenças significativas entre géneros.

Tabela 11. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função do gênero

Intenção de agir	Feminino Média	Masculino Média	F	Sig.
Denúncia anônima	5,70	5,08	4,78	,030
Denúncia identificada	4,59	4,36	,61	,434
Falar/aconselhar a vítima	7,46	6,35	21,36	,000
Falar/aconselhar o agressor	5,19	4,82	1,70	,005
Intervir diretamente na situação	5,70	5,22	3,08	,080

3ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas ao nível da intenção de agir em função da experiência anterior de violência do ajudante informal (como observador ou como vítima/agressor).

Para testar a terceira hipótese, foi realizada uma ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir, mediante cinco cursos de ação, para a violência física e para a violência psicológica, em função da experiência anterior, seja como interveniente ou observador. Para tal, fez-se uma análise, em separado, da influência da experiência anterior como vítima/agressor (Tabelas 12 e 13) e, posteriormente, da influência da experiência anterior como observador na intenção de agir, para a violência física e psicológica (Tabelas 14 e 15).

Tabela 12. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como vítima/agressor

Intenção de agir	Sem experiência anterior Média	Com experiência anterior Média	F	Sig.
Denúncia anônima	7,14	7,53	1,09	,298
Denúncia identificada	5,96	5,55	,99	,321
Falar/aconselhar a vítima	7,75	8,00	,67	,414
Falar/aconselhar o agressor	5,23	5,21	,00	,959
Intervir diretamente na situação	6,44	6,53	,08	,784

Tabela 13. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior como vítima/agressor

Intenção de agir	Sem experiência anterior Média	Com experiência anterior Média	F	Sig.
Denúncia anônima	5,45	5,75	,59	,442
Denúncia identificada	4,55	4,23	,63	,427
Falar/aconselhar a vítima	7,05	7,34	,73	,393
Falar/aconselhar o agressor	5,01	5,43	1,18	,277
Intervir diretamente na situação	5,54	5,52	,00	,957

Como se pode verificar na Tabela 12 e na Tabela 13, tanto em relação à violência física, como à violência psicológica, não se verificaram diferenças significativas para nenhum dos cinco tipos de intenção de agir, em função da experiência anterior como vítima ou agressor.

No que concerne à experiência anterior como observador de violência física (Tabela 14), verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação à intenção de agir no curso de ação “falar/aconselhar a vítima” ($p = ,006$). Assim, os participantes com experiência anterior de violência como observador apresentam uma maior intenção de falar e aconselhar a vítima ($M = 8,21$) do que quem não apresenta experiência anterior ($M = 7,60$). Verificaram-se ainda, na Tabela 13, diferenças marginalmente significativas para a intenção de “falar/aconselhar o agressor” ($p = ,094$) e “intervir diretamente na situação” ($p = ,069$). Em ambos os casos se verifica uma maior intenção para agir nos participantes com experiência como observador, sendo que nos restantes dois cursos de ação não se encontram diferenças significativas.

Tabela 14. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como observador

Intenção de agir	Sem experiência anterior Média	Com experiência anterior Média	F	Sig.
Denúncia anônima	7,05	7,50	2,53	,113
Denúncia identificada	5,88	5,97	,09	,768
Falar/aconselhar a vítima	7,60	8,21	7,80	,006
Falar/aconselhar o agressor	5,07	5,59	2,82	,094
Intervir diretamente na situação	6,31	6,78	3,32	,069

Relativamente à experiência anterior como observador de violência psicológica, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação à intenção de agir, segundo os seguintes cursos de ação: “falar/aconselhar a vítima” ($p = ,003$), “falar/aconselhar o agressor” ($p = ,008$) e “intervir diretamente na situação” ($p = ,049$). Assim, os participantes com experiência anterior de violência como observador apresentam uma maior intenção de falar e aconselhar a vítima ($M = 7,61$), falar e aconselhar o agressor ($M = 5,59$) e intervir diretamente na situação ($M = 5,93$) do que quem não apresenta experiência anterior ($M = 6,86$; $M = 4,83$; $M = 5,37$, respetivamente), como se pode verificar na Tabela 15. Nos restantes dois cursos de ação não se verificam diferenças significativas.

Tabela 15. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior como observador

Intenção de agir	Sem	Com	F	Sig.
	experiência anterior	experiência anterior		
	Média	Média		
Denúncia anónima	5,41	5,67	,85	,356
Denúncia identificada	4,52	4,49	,01	,928
Falar/aconselhar a vítima	6,86	7,61	9,01	,003
Falar/aconselhar o agressor	4,83	5,59	7,14	,008
Intervir diretamente na situação	5,37	5,93	3,90	,049

3.3. Análise comparativa: Tipo de violência

4ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas na intenção de agir em função do tipo de violência (física e psicológica).

Para testar a quarta hipótese, foi realizada uma ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir, mediante cinco cursos de ação, em função do tipo de violência (física e psicológica). De acordo com os resultados obtidos, presentes na Tabela 16, observam-se diferenças estatisticamente significativas na intenção de agir, em função do tipo de violência, para os seguintes cursos de ação: realizar uma denúncia anónima ($p = ,000$), realizar uma denúncia identificada ($p = ,000$), falar/aconselhar a vítima ($p = ,000$) e intervir diretamente na situação ($p = ,000$).

Tabela 16. ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir em função do tipo de violência

	F	Sig.	Observerd Power
Denúncia anônima	176,19	,000	1,000
Denúncia identificada	114,75	,000	1,000
Falar/aconselhar a vítima	44,85	,000	1,000
Falar/aconselhar o agressor	1,68	,171	,441
Intervir diretamente na situação	41,03	,000	1,000

Na Tabela 17, apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para os diferentes cinco cursos de ação. Relativamente à intenção de realizar uma denúncia anônima, verifica-se que este tipo de ajuda difere significativamente entre os quatro cenários de violência. Como se pode observar, a intenção de realizar uma denúncia anônima é mais elevada em ambos os cenários de violência física ($M = 7,35$ e $M = 7,03$, respetivamente). De seguida, surge em terceiro lugar o cenário de violência psicológica em que a vítima é ameaçada ($M = 6,33$) e por último, o cenário de violência psicológica em que a vítima é insultada ($M = 4,64$).

Quanto à intenção de realizar uma denúncia identificada, verifica-se que este curso de ação difere significativamente entre os cenários de violência, à exceção da relação entre os dois cenários de violência física, que não se revela estatisticamente significativa. A intenção de realizar uma denúncia anônima é, mais uma vez, mais elevada nos dois cenários de violência física, surgindo em primeiro lugar o cenário em que é atirado um objeto contra a vítima ($M = 5,97$), seguido do cenário em que a vítima é agredida com uma bofetada ($M = 5,84$). Em terceiro lugar, surge o cenário de violência psicológica em que a vítima é ameaçada ($M = 5,14$), seguido do cenário de violência psicológica em que a vítima é insultada ($M = 3,88$).

Relativamente à intenção de falar/aconselhar a vítima, verifica-se que este curso de ação difere significativamente entre os cenários de violência, à exceção da relação entre os dois cenários de violência física, que não se revela estatisticamente significativa. Para este curso de ação, a intenção de agir é mais elevada nos dois cenários de violência física, surgindo, em primeiro lugar, o cenário em que a vítima é agredida com uma bofetada ($M = 7,82$), seguido do cenário em que é atirado um objeto contra a vítima ($M = 7,75$). Em terceiro lugar surge o cenário de violência psicológica em que a vítima é ameaçada ($M = 7,46$), seguido do cenário de violência psicológica em que a vítima é insultada ($M = 6,71$). Já no que concerne à intenção de falar/aconselhar o agressor, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes cenários.

Finalmente, relativamente à intenção de intervir diretamente na situação verifica-se que este curso de ação difere significativamente entre os cenários de violência, à exceção da relação entre os dois cenários de violência física, que não se revela estatisticamente significativa. A intenção de intervir é, novamente, mais elevada nos dois cenários de violência física, surgindo, em primeiro lugar, o cenário em que é atirado um objeto contra a vítima (M = 6,56), seguido do cenário em que a vítima é agredida com uma bofetada (M = 6,34). Em terceiro lugar, surge o cenário de violência psicológica em que a vítima é ameaçada (M = 5,79), seguido do cenário de violência psicológica em que a vítima é insultada (M = 5,29).

Tabela 17. *Comparação múltipla de médias para os cinco tipos de intenção de agir*

	C1 (Agressão)	C2 (Atirar objeto)	C3 (Insultar)	C4 (Ameaçar)
Denúncia Anónima	7,35 (2,49) ^a	7,03 (2,670) ^b	4,64 (2,858) ^c	6,33 (2,991) ^d
Denúncia Identificada	5,84 (2,706) ^a	5,97 (2,852) ^a	3,88 (2,801) ^b	5,14 (2,763) ^c
Falar com a vítima	7,82 (2,020) ^a	7,75 (2,121) ^a	6,71 (2,526) ^b	7,46 (2,169) ^c
Falar com o agressor	5,29 (2,685)	5,16 (2,863)	5,05 (2,693)	5,07 (2,679)
Intervir na situação	6,34 (2,263) ^a	6,56 (2,473) ^a	5,29 (2,816) ^b	5,79 (2,473) ^c

Nota: os sobrescritos com letra diferente apresentam diferenças significas ao nível de 0,01

3.4. Análise *t*-Student: Género e atitudes

5ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas nas atitudes em função do género.

Para testar a quinta hipótese, realizou-se uma análise *t*-Student, tendo os resultados demonstrado que existem diferenças estatisticamente significativas entre géneros (Tabela 18). Tanto na violência psicológica, como na física, os estudantes do género masculino apresentam valores significativamente mais elevados do que as estudantes do género feminino, o que significa que os homens apresentam atitudes significativas de maior aceitação de violência no namoro.

Tabela 18. *Análise t-Student da EAVN em função do género*

	Média Feminino	Média Masculino	t	p
EAVN – Violência Psicológica	51,36	55,13	-5,199	,000
EAVN - Violência Física	35,42	37,32	-2,745	,002

Uma análise mais cuidada das médias de ambos os géneros entre os dois tipos de violência, mostra que existe uma diferença entre as atitudes existentes relativamente à violência psicológica e física. Enquanto para a violência física os resultados obtidos se situam em torno da média da escala ($M = 36$), para a violência psicológica, os valores apresentados para ambos os géneros situam-se acima da média ($M = 45$). Estes resultados sugerem a existência de atitudes de maior aceitação da violência psicológica do que da violência física.

4. Discussão

1ª Hipótese de investigação: Espera-se que a perceção de severidade, responsabilidade percebida e o tipo de atribuição de culpa da situação se constituam como preditores da intenção de agir.

A análise dos resultados referentes a ambos os cenários de violência física, permite destacar as duas variáveis que não exercem qualquer influência sobre a intenção de agir dos participantes: a responsabilidade percebida quando a vítima é familiar e a atribuição de culpa a uma situação de vida. No que concerne à responsabilidade percebida quando a vítima é familiar, um recente estudo realizado em Portugal com uma população-alvo mais abrangente comprova o contrário. Este estudo revela que a responsabilidade percebida influencia, de facto, a intenção de agir dos ajudantes informais, nomeadamente a intenção de realizar uma denúncia identificada e de falar/aconselhar a vítima (Tojo, 2017). De facto, também a literatura nos diz que os espetadores estão mais dispostos a ajudar pessoas com quem mantém uma relação mais próxima, sentindo uma maior perceção de responsabilidade para ajudar quando se trata de membros da família (Stueve et al, 2006). A diferença de resultados pode ser justificada pela idade da população-alvo do presente estudo, isto é, estudantes universitários, que podem não estar tão sensibilizados para estas questões. Estudos de Weisz e Black (2008), demonstraram que

os jovens dificilmente interviriam, direta ou indiretamente, numa situação de violência entre pessoas próximas, justificando-se com o facto de não ser problema seu, mas sim algo que devia ser resolvido entre o casal. A ausência do efeito da responsabilidade percebida quando a vítima se trata de um familiar pode também estar relacionada com o papel do jovem na família, que ainda é um papel de dependência, que mantém uma relação próxima com os intervenientes. Estudos realizados por Nicksa (2013) demonstraram que espetadores que conheciam o agressor tinham menos probabilidade de intervir do que aqueles que não previam contacto futuro com o mesmo. Da mesma forma se pode explicar a ausência de efeito da atribuição de culpa a uma situação de vida, uma vez que estamos a falar de jovens que frequentam a universidade, problemas como o desemprego não se aplicam. Quanto aos cenários de violência psicológica, é possível observar que a atribuição de culpa a uma situação de vida continua a não exercer qualquer influência sobre a intenção de agir, pelos mesmos motivos.

Relativamente à perceção de severidade, é possível verificar que esta variável influencia alguns cursos de ação, nomeadamente, a intenção de realizar uma denúncia anónima e a intenção de falar/aconselhar a vítima. Já nos cenários de violência psicológica, a perceção de severidade demonstra exercer influência sobre praticamente todos os cursos de ação, à exceção da intenção de falar/aconselhar o agressor. Estes resultados são consistentes com os estudos de Chabot et al., 2009, Gracia et al., 2009 e Sylaska et al, 2014, cujos autores afirmam que situações percecionadas com um maior grau de severidade estavam associadas a uma maior probabilidade de intervenção.

Os modelos de tomada de decisão descritos anteriormente oferecem também uma explicação para os resultados apresentados. Segundo Latané e Darley (1968), o espetador deve reconhecer uma situação como uma emergência e decidir se é, ou não, sua responsabilidade antes de tomar uma decisão. Nesse sentido, quanto maior a perceção de gravidade da emergência e quanto maior o nível de responsabilidade percebida, maior a probabilidade de intervenção. Já o modelo de custo-recompensa de Piliavin et al. (1975) propõe que testemunhar a angústia da vítima cria no espetador uma excitação emocional desagradável, estando este motivado a reduzi-lo. Assim, quanto maior a severidade da situação e maior a necessidade de ajuda da vítima, maior a probabilidade de intervenção do espetador, numa tentativa de reduzir o seu *stress* pessoal, com o mínimo de custos possíveis.

Em relação à percepção de responsabilidade, esta foi dividida em três níveis que qualificam o nível de proximidade entre ajudante informal e vítima: responsabilidade percebida quando a vítima é familiar, quando a vítima é vizinha e quando a vítima é desconhecida. Como já foi referido anteriormente, a responsabilidade percebida quando a vítima é familiar não apresentou qualquer efeito sobre a intenção de agir dos participantes, nos cenários de violência física. Já a responsabilidade percebida quando a vítima é vizinha influencia a intenção de realizar uma denúncia anónima, a intenção de falar/aconselhar a vítima e a intenção de intervir diretamente na situação, no cenário de violência física (agressão). Já no cenário de violência física (atirar objeto), esta variável apenas tem efeito sobre a intenção de realizar uma denúncia identificada e sobre a intenção de falar/aconselhar a vítima. Quanto ao nível de responsabilidade percebida quando a vítima é desconhecida, este apresenta um efeito mais consistente em praticamente todos os cursos de ação, em ambos os cenários de violência física. Por outro lado, nos cenários de violência psicológica, a responsabilidade percebida quando a vítima é familiar demonstrou ter efeito na intenção de realizar uma denúncia anónima no cenário de violência psicológica (ameaça). Já a responsabilidade percebida quando a vítima é vizinha demonstrou ter influência em ambas as respostas de aconselhamento no cenário de violência psicológica (insultar), mas apenas na intenção de aconselhar a vítima no cenário de violência psicológica (ameaçar). Por sua vez, a responsabilidade percebida quando a vítima é desconhecida demonstra, mais uma vez, ter efeito sobre praticamente todos os cursos de ação, à exceção de falar/aconselhar a vítima no cenário de violência psicológica (insultar).

Perante estes resultados, é possível concluir que a responsabilidade percebida parece aumentar quanto maior a distância do sujeito à vítima e ao agressor. Estes resultados não são consistentes com a literatura encontrada, onde autores como Ermer e colaboradores (2007) defendiam que a probabilidade de ajudar aumentava conforme o nível de proximidade à vítima. Assim, provaram existir uma maior responsabilidade percebida em ajudar amigos e conhecidos do que desconhecidos. Esta diferença de resultados, no presente estudo, pode ser explicada pelo facto dos participantes serem jovens adultos que ainda se encontram dependentes dos seus familiares, como já foi referido anteriormente, estando, assim, mais dispostos para ajudar desconhecidos.

A atribuição de culpa da situação foi também dividida em três níveis: atribuição de culpa à vítima, atribuição de culpa ao agressor e atribuição de culpa a uma situação de vida. Como já foi referido, esta última variável não se constitui como um preditor significativo da intenção de agir.

Relativamente à atribuição de culpa à vítima, esta variável demonstrou apenas ter influência sobre a intenção de falar/aconselhar o agressor, no cenário de violência física (agressão). Já no cenário de violência física (atirar objeto), a atribuição de culpa à vítima parece ter influência sobre a intenção de realizar uma denúncia identificada e sobre a intenção de falar/aconselhar o agressor. No que toca à atribuição de culpa ao agressor, esta variável apenas demonstrou ter efeito sobre a intenção de realizar uma denúncia identificada no cenário de violência física (agressão), enquanto no cenário de violência física (atirar objeto) apenas influencia a intenção de falar/aconselhar a vítima. Nos cenários de violência psicológica, a atribuição de culpa à vítima demonstrou exercer influência sobre a intenção de falar/aconselhar o agressor apenas no cenário de violência psicológica (ameaçar). A atribuição de culpa ao agressor, por sua vez, demonstrou influenciar a intenção de falar/aconselhar a vítima em ambos os cenários de violência psicológica. Estes resultados são coerentes com a literatura descrita anteriormente. Atitudes a favor da culpabilização da vítima levam a uma insensibilidade perante a situação e conseqüente diminuição da responsabilidade percebida para ajudar. A ideia de que a vítima é responsável pela sua vitimização diminui a responsabilidade percebida dos indivíduos, sendo conseqüentemente menor a probabilidade de ser oferecida ajuda à mesma (Gracia e Herrero, 2006; Gracia e Tomás, 2014 e West & Wandrei, 2002). Por outro lado, se a culpa da situação for atribuída ao agressor, maior a probabilidade do ajudante informal falar/aconselhar a vítima.

Em suma, podemos, assim, concluir que se confirma a primeira hipótese, uma vez que a perceção de severidade, a responsabilidade percebida e o tipo de atribuição de culpa se constituem, de facto, como preditores da intenção de agir dos ajudantes informais.

2ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas ao nível da intenção de agir em função do género.

Relativamente ao género do ajudante informal, foi possível observar que existem diferenças significativas entre ambos os géneros em relação à intenção de agir, confirmando assim a segunda hipótese colocada. Os resultados demonstraram, de forma

muito consistente, que as participantes do sexo feminino apresentam valores significativamente mais elevados na intenção de realizar uma denúncia anónima, realizar uma denúncia identificada e falar/aconselhar a vítima nos cenários de violência física. Já nos cenários de violência psicológica, as mulheres apresentaram valores significativamente mais elevados na intenção de realizar uma denúncia anónima, falar/aconselhar a vítima, falar/aconselhar o agressor e marginalmente significativos na intenção de intervir diretamente na situação.

A literatura existente afirma que os homens demonstram maior disponibilidade para ajudar, do que as mulheres, em situações que envolvem maior risco. Por outro lado, as mulheres estavam mais propensas a ajudar em situações consideradas mais seguras através de respostas de aconselhamento, ouvindo e dando apoio emocional às vítimas (Banyard, 2008; Chabot et al., 2009, West & Wandrei, 2002). No presente estudo tais factos não se verificam, existindo uma maior intenção de agir por parte das mulheres, através de todos os cursos de ação e independentemente do cenário de violência, sendo que os homens adotam uma posição mais passiva. Segundo Harris & Cook (1994), os homens tendem a possuir atitudes de maior aceitação de violência, estando mais propensos a concordar com mitos e crenças que apoiam os papéis tradicionais das mulheres. Assim, acabam por culpar e demonstrar menos empatia pela vítima, demonstrando menor probabilidade de realizar qualquer um dos cursos de ação do que as mulheres, o que pode explicar os resultados obtidos.

3ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas ao nível da intenção de agir em função da experiência anterior de violência do ajudante informal (como observador ou como vítima/agressor).

Relativamente à influência da experiência anterior como vítima ou agressor, não se verificaram diferenças significativas para nenhum dos cinco tipos de intenção de agir, tanto nos cenários de violência física, como nos cenários de violência psicológica. Por oposição aos resultados do presente estudo, estudos anteriores (Beeble et al., 2008; Wee et al., 2016; Woods et al., 2016) afirmavam que os ajudantes informais que relataram uma experiência anterior de violência demonstravam maior iniciativa para oferecer apoio às vítimas de violência. A experiência anterior contribui para uma mais fácil identificação da situação como uma emergência, ajuda a avaliar a severidade da situação, a sentir uma maior responsabilidade para agir e a saber qual o curso de ação a utilizar. Todos estes

passos são a chave para a decisão de intervir, como descrito anteriormente por Latané e Darley (1980).

Uma das razões que pode explicar a falta de efeito da experiência anterior na intenção de agir pode prender-se com o facto do número de participantes que responderam já ter tido experiência anterior como vítima/agressor ser de apenas 13,2% (N = 44). Assim, o número de participantes não é suficiente para providenciar resultados significativamente relevantes em relação a este tópico. Outra razão pode prender-se com o facto de os participantes serem estudantes universitários que podem ainda não estar sensibilizados para este tipo de questões. Segundo Prah (2006), os jovens possuem menos experiência e menos conhecimento sobre aquilo que deve ser uma relação saudável, pelo que muitas vezes a experiência de vitimação pode não ser suficiente para prever a intervenção. Por outro lado, um historial de violência perpetrada pelo espetador pode também diminuir a probabilidade do seu comportamento de ajuda uma vez que a experiência prévia enquanto agressor pressupõe a aceitação de atitudes tolerantes para com a violência (Woods et al., 2016).

No que toca à influência da experiência anterior como observador de violência física, os resultados demonstraram diferenças significativas em relação à intenção de “falar/aconselhar a vítima”. Em relação à experiência anterior como observador de violência psicológica, verificaram-se diferenças significativas em relação à intenção de “falar/aconselhar a vítima”, “falar/aconselhar o agressor” e “intervir diretamente na situação”. Ao contrário dos resultados anteriores, estes já vão ao encontro do que é referido na literatura. Experiência anterior de violência como observador está diretamente ligada com uma maior probabilidade de fornecer respostas de aconselhamento, assim como de intervir na situação (Nicksa, 2013; Wee et al., 2016, Woods et al., 2016). A terceira hipótese foi, assim, apenas parcialmente confirmada uma vez que apenas a experiência anterior como observador demonstrou ter influência na intenção de agir dos participantes.

4ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas na intenção de agir em função do tipo de violência (física ou psicológica).

Analisando globalmente a tabela da comparação múltipla de médias entre os cenários é possível verificar que existem diferenças significativas entre os vários cursos de ação (à exceção de “falar/aconselhar o agressor”) em ambos os tipos de violência,

revelando que as pessoas estão mais disponíveis para agir nos cenários de violência física. Estes resultados são consistentes com a literatura encontrada. Estudos realizados por Arriaga e Cappelz (2011) sugerem que a percepção de severidade é fortemente influenciada pela natureza dos atos violentos e que nem todas as formas de violência são percebidas da mesma forma, evidenciando a falha existente em equiparar a violência física e psicológica. Segundo Gracia, García e Lila (2009), um maior nível de tolerância para com certos níveis de violência que se consideram normais e aceitáveis está associado com uma menor probabilidade de ajudar a vítima. Neste sentido, é possível concluir que a violência física é considerada mais grave e menos aceitável do que a violência psicológica, pelo que existe uma maior probabilidade de intervenção no primeiro caso, confirmando-se, assim, a quarta hipótese colocada.

Entre os cenários de violência psicológica, é possível ainda verificar que existe uma maior intenção de agir no cenário de violência psicológica (ameaçar) do que no cenário de violência psicológica (insultar). Segundo Tolman (1989), a violência psicológica pode ser distinguida em duas categorias: dominação (que inclui a ameaça) e emocional (que inclui o insulto), sendo que, de acordo com Chamberland e Laporte (2010), os comportamentos de dominação são percebidos como mais graves do que o abuso emocional. Assim, existe uma maior intenção de agir na violência psicológica (dominação), uma vez que existe uma maior percepção de severidade da mesma, o que explica os resultados do presente estudo.

Outra razão que pode explicar a menor probabilidade de intervenção na violência psicológica pode prender-se com o facto de ser mais difícil compreender os limites da mesma. Isto é, um espectador pode não conseguir compreender com clareza o momento em que um conflito normal se transforma numa situação de abuso (Prah, 2006). Segundo Chabot et al. (2009), se os observadores sentem que o desrespeito é tolerado acabam por ser apáticos em relação à situação e decidir não intervir por não interpretar a situação como uma emergência. Pesquisas realizadas por Nicksa (2013), apoiam esta teoria revelando que quando os espectadores não têm certezas daquilo que está a acontecer ou sentem que a vítima não está realmente em apuros têm menos probabilidade de ajudar.

5ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas nas atitudes em função do género.

Em ambos os tipos de violência, os homens apresentaram valores significativamente mais elevados do que as mulheres, o que significa que os homens apresentam atitudes significativas de maior aceitação de violência no namoro, confirmando a última hipótese colocada. Segundo Harris e Cook (1994), os homens tendem a ter uma visão mais tradicional dos papéis das mulheres do que as próprias, demonstrando, conseqüentemente, uma maior probabilidade de possuir atitudes de aceitação da violência entre parceiros íntimos. Estudos anteriores demonstram, de forma consistente, que os homens estão mais propensos a concordar com mitos e crenças que apoiam a violência íntima, percecionando os comportamentos abusivos como menos graves. Ora quanto maior a atitude de tolerância, menor a percepção de gravidade e, conseqüentemente, menor a intenção de ajudar a vítima (Flood e Pease, 2009).

Os resultados obtidos permitiram ainda observar que existe uma maior aceitação da violência psicológica do que da violência física, uma vez que ambas as médias são mais elevadas no primeiro tipo. Se a violência íntima é considerada apenas como tal quando envolve violência extrema, é mais provável que alguns tipos de violência possam ser vistos como aceitáveis em certas circunstâncias (Gracia & Herrero, 2006). Copezza e Arriaga (2008) sugerem que as percepções são fortemente influenciadas pela natureza dos atos entre parceiros e nem todas as formas de agressão são percecionadas da mesma forma, evidenciando a falha existente em equiparar agressão física e psicológica, anteriormente mencionada.

5. Conclusão

Com a realização deste estudo foi possível comprovar que existe um grande número de variáveis que, de facto, predizem a intenção de agir dos ajudantes informais, em casos de violência entre parceiros íntimos. A percepção de severidade e a responsabilidade percebida demonstraram ter efeito na intenção dos indivíduos de realizarem comportamentos de ajuda, não fossem estas duas variáveis imprescindíveis à decisão de intervir. Também as atitudes em relação à VPI, assim como, a atribuição de culpa demonstraram exercer influência sobre a intenção de agir. A existência de atitudes

igualitárias de género contribuem para um maior repúdio da violência, rejeitando a culpa da vítima e atribuindo-a ao agressor, aumentando a probabilidade da intervenção.

Relativamente ao género dos ajudantes informais, os resultados foram surpreendentes, na medida em que se registou uma maior intenção de agir entre o género feminino e a adoção de um papel mais passivo por parte do género masculino. Ao contrário do que tem sido demonstrado em estudos anteriores, estamos a assistir a um aumento da intenção de ajudar por parte das mulheres, enquanto ajudantes informais, o que contribui cada vez mais para a desconstrução dos estereótipos de género existentes. Por norma, acreditava-se que os homens estavam mais dispostos para ajudar em situações que envolvem um maior risco, sendo que as mulheres apenas ofereciam respostas de aconselhamento. No entanto, este estudo demonstra que as mulheres têm uma maior intenção de ajudar, através de qualquer um dos cursos de ação. Quanto às atitudes dos participantes, os homens apresentam atitudes de maior aceitação de violência no namoro. Isto é, estes concordam, mais do que as mulheres, em crenças e mitos que toleram o uso de violência entre parceiros íntimos, explicando assim a menor disponibilidade para ajudar.

A experiência anterior de violência não demonstrou ter influência na intenção de agir, ao contrário do que muitos estudos anteriores concluíram, o que possivelmente se deve ao número reduzido de participantes com experiência de violência. Seria, no entanto, interessante estudar o impacto desta variável numa amostra em que existissem mais participantes com experiência anterior para se compreender a sua influência na probabilidade da intervenção.

Apesar das repercussões negativas que a violência psicológica pode ter na saúde física e mental das vítimas, é possível verificar que existe uma dificuldade em equiparar a sua gravidade com a da violência física. Através deste estudo, foi possível concluir que existe uma maior intenção de agir quando se trata de um cenário de violência física do que quando se trata de um cenário de violência psicológica, o que demonstra a existência de uma certa tolerância para com este segundo tipo. Existe, assim, uma necessidade de aumentar a informação e consciencialização sobre a violência psicológica, de modo a que os indivíduos compreendam que ambos os tipos de violência são inaceitáveis, sobre quaisquer circunstâncias. Neste sentido, a criação de campanhas de sensibilização sobre esta temática assumem uma importância notória para o efeito. Um exemplo de campanha que captasse a atenção para este fenómeno, poderia concretizar-se através de programas de televisão, que utilizassem cenários hipotéticos de violência psicológica para analisar a

reação/chamar a atenção dos espectadores presentes. O objetivo seria demonstrar o perigo da violência psicológica, bem como reforçar que este tipo de violência pode ser tão grave quanto a violência física, merecendo obter o mesmo tipo de atenção e eventual ajuda.

Em suma, a prevenção do fenómeno da violência entre parceiros íntimos pode passar pela criação de campanhas de sensibilização de ajudantes informais, com o objetivo de informar e capacitar o espectador para ajudar. Para poder atuar da melhor forma possível, estes programas deveriam capacitar o espectador com as competências necessárias a uma melhor avaliação da situação, para que este possa escolher a melhor forma de ajudar, sem se colocar em risco ou à vítima. Para além disto, estas campanhas de sensibilização poderiam também passar por desmistificar determinadas crenças que podem surgir na comunidade juvenil em relação aos papéis de género esperados, podendo este ser um bom ponto de partida para a prevenção.

6. Limitações e Direções Futuras

Como em todos os estudos, também a presente dissertação apresenta um leque de limitações que poderão ser ultrapassadas em investigações futuras. Em primeiro lugar, a utilização de um processo de amostragem não probabilístico impede o controlo da recolha de participantes e conseqüente seleção, colocando em causa a validade externa do estudo. Neste sentido, não foi possível equilibrar alguns aspetos da amostra, como é o caso do género, em que se verificou a existência de um número muito superior de participantes do género feminino do que participantes do género masculino.

Uma segunda limitação prende-se com a utilização de meios digitais para a recolha de dados, uma vez que os participantes aderiram ao estudo através de um questionário *online* que dispensava a presença do investigador. Nesse sentido, não foi possível ter conhecimento ou controlo sobre as condições em que os participantes responderam aos questionários, se as respostas foram, ou não, influenciadas pelas condições ambientais ou por terceiros, e, finalmente, não foi também possível esclarecer dúvidas que possam eventualmente ter surgido em relação ao questionário.

A utilização de cenários hipotéticos como método de recolha de dados também apresenta algumas limitações, na medida em que, ao pedir ao participante que especule o que faria em determinada situação, este pode dar uma resposta socialmente desejável ao invés daquilo que realmente faria. Para além disto, os cenários apresentados apenas

simulam cenários de violência leve ou moderada, podendo ser erróneo fazer uma generalização destes resultados para outros contextos, com outros graus de violência.

Em pesquisas futuras, numa tentativa de colmatar as limitações supracitadas, poderia ser interessante replicar o mesmo estudo com uma amostra recolhida através de um método de amostragem probabilístico, de modo a obter uma amostra mais equilibrada nas suas características. Relativamente aos cenários hipotéticos utilizados na recolha de dados, estes poderiam incluir mais informação relativamente à cena descrita, assim como utilizar outras formas de violência, com vários níveis de gravidade. Para além disto, poderia também ser interessante realizar entrevistas pós-teste ou *focus groups* com o objetivo de compreender a razão que levou os participantes a responder da forma que o fizeram. Por fim, a replicação do presente estudo aplicado à violência na intimidade juvenil contra os homens poderia também obter resultados interessantes, contribuindo para a falta de literatura existente nesse tópico.

7. Bibliografia

- Arriaga, X. B., & Capazza, N. M. (2011). The paradox of partner aggression: Being committed to an aggressive partner. In F. R. Shaver, & M. Mikulincer (Eds), *Human Aggression and Violence: Causes, Manifestations, and Consequences*, (367-383). Washington DC: American Psychological Association.
- Banyard, V. L. (2008). Measurement and correlates of prosocial bystander behavior: The case of interpersonal violence. *Violence and Victims*, 23(1), 83-97. doi: 10.1891/0886-6708.23.1.83.
- Banyard, V. L. & Moynihan, M. M. (2011). Variation in bystander behavior related to sexual and intimate partner violence prevention: Correlates in a sample of college students. *Psychology of Violence*, 1(4), 287-301. doi: 10.1037/a0023544.
- Banyard, V. L., Weber, M. C., Grych, J., & Hamby, S. (2016). Where are the helpful bystanders? Ecological niche and victims' perceptions of bystander intervention. *Journal of Community Psychology*, 44(2), 214–231. doi:10.1002/jcop.21760.
- Beeble, M. L., Post, L. A., Bybee, D., & Sullivan, C. M. (2008). Factors related to willingness to help survivors of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1713–1729. doi:10.1177/0886260508314333.
- Berkel, L. A., Vandiver, B. J. & Bahner, A. D. (2004). Gender roles attitudes, religion and spirituality as predictors of domestic violence attitudes in white college students. *Journal of College Student Development*, 45(2), 119-133. doi:10.1353/csd.2004.0019.
- Branch, K. A., Richards, T. N., & Dretsch, E. C. (2013). An exploratory analysis of college students' response and reporting behavior regarding intimate partner violence victimization and perpetration among their friends. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(18), 3386–3399. doi:10.1177/0886260513504494.
- Bryant, S. A. & Spencer, G. A. (2003). University student's attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence*, 18(6), 369-376. doi:10.1023/A:1026205817132.
- Capazza, N. M., & Arriaga, X. B. (2008). You can degrade but you can't hit: Differences in perceptions of psychological versus physical aggression. *Journal of Social and Personal Relationships*, 25(2), 225–245. doi:10.1177/0265407507087957.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(24), 485-493.

- Caridade, S. & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: Uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113.
- Chabot, H. F., Gray, M. L., Makande, T. B., & Hoyt, R. L. (2016). Beyond sex: Likelihood and predictors of effective and ineffective intervention in intimate partner violence in bystanders perceiving an emergency. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(12), 1909–1930. doi:10.1177/0886260515621064.
- Chabot, H. F., Tracy, T. L., Manning, C. A. & Poisson, C. A. (2009). Sex, attribution and severity influence intervention decisions of informal helpers in domestic violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(10), 1696-1713. doi:10.1177/0886260509331514.
- Chamberland, C. & Laporte, L. (2010). Spontaneous and reflexive cognitions related to spousal abuse: The role of experiences of violence. *Journal of Applied Social Psychology*, 40(9), 2170-2200. doi: 10.1111/j.1559-1816.2010.00655.x.
- Eagly, A. H., & Crowley, M. (1986). Gender and helping behavior: A meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, 100(3), 283-308. doi: 10.1037/0033-2909.100.3.283.
- Echeburúa, E. & Muñoz, J. M. (2017). Boundaries between psychological intimate partner violence and dysfunctional relationships: Psychological and forensic implications. *Anales de Psicología*, 33(1), 18-25. <http://dx.doi.org/10.6018/analesps.33.1.238141>.
- Ermer, A. E., Roach, A. L., Coleman, M., & Ganong, L. (2017). Deconstructing attitudes about intimate partner violence and bystander intervention: The roles of perpetrator gender and severity of aggression. *Journal of Interpersonal Violence*. doi:10.1177/0886260517737556.
- Ewing, C. P., & Aubrey, M. (1987). Battered women and public opinion: Some realities about the myths. *Journal of Family Violence*, 2(3), 257-264. doi:10.1007/bf00976543.
- Feigin, S., Owens, G. & Goodyear-Smith, F. (2014). Theories of human altruism: A systematic review. *Journal of Psychiatry and Brain Functions*, 1(5). doi:10.7243/2055-3447-1-5.
- Flood, M. & Pease B. (2009). Factors influencing attitudes to violence against women. *Trauma, Violence & Abuse*, 10(2), 125-142. doi:10.1177/1524838009334131.

- Frye, V., Paul, M., Todd, M., Lewis, V., Cupid, M., Coleman, J., & O'Campo, P. (2012). Intimate partner violence against women: Results from a concept mapping study of urban neighborhoods. *Journal of Community Psychology*, 40(7), 828-844. doi: 10.1002/jcop.21493.
- Gover, A. R., Kaukinen, C. & Fox, K. A. (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1667-1693. doi: 10.1177/0886260508314330.
- Gracia, E., García, F. & Lila, M. (2008). Police involvement in cases of intimate partner violence against women: The influence of perceived severity and personal responsibility. *Violence Against Women*, 14(6), 697-714. doi: 10.1177/1077801208317288.
- Gracia, E., García, F. & Lila, M. (2009). Public responses to intimate partner violence against women: The influence of perceived severity and personal responsibility. *Spanish Journal of Psychology*, 12, 648-656. doi: 10.1017/S1138741600002018.
- Gracia, E., & Herrero, J. (2006). Public attitudes toward reporting partner violence against women and reporting behavior. *Journal of Marriage and Family*, 68, 759-768. doi:10.1111/j.1741-3737.2006.00288.x.
- Gracia, E., & Tomás, J. M. (2014). Correlates of victim-blaming attitudes regarding partner violence against women among the spanish general population. *Violence Against Women*, 20(1), 26-41. doi: 10.1177/1077801213520577.
- Harris, R. J., & Cook, C. A. (1994). Attributions about spouse abuse: It matters who the batterers and victims are. *Sex Roles*, 30(7-8), 553-565. doi:10.1007/BF01420802.
- Hickman, L., Jaycox, L., & Aronoff, J. (2004). Dating violence among adolescents: Prevalence, gender distribution and prevention program effectiveness. *Trauma, Violence & Abuse*, 5(2), 123-142. doi: 10.1177/1524838003262332.
- Hoefnagels, C. & Zwikker, M. (2001). The bystander dilemma and child abuse: Extending the Latané and Darley model to domestic violence. *Journal of Applied Social Psychology*, 31(6), 1158-1183. doi: 10.1111/j.1559-1816.2001.tb02668.
- Jenkins, S. & Aubé, J. (2002). Gender differences and gender related constructs in dating aggression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(8), 1106-1118. doi: 10.1177/01461672022811009.
- Lagartixa, I. (2017). *Atitudes e estereótipos face à violência entre parceiros íntimos: comparação entre o homem e a mulher enquanto vítimas e agressores*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora.

- Laner, M. R., Benin M. H. & Ventrone N. A. (2001). Bystander attitudes toward victims of violence: who's worth helping? *Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal*, 22(1), 23-42. doi: 10.1080/016396201750065793.
- Latané, B. & Darley, J. M. (1968). Group inhibition of bystander intervention in emergencies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 10(3), 215-221. doi:10.1037/h0026570.
- Lewis, S. & Fremouw, W. (2001). Dating violence: A critical review of literature. *Clinical Psychology Review*, 21(1), 105-127. doi: 10.1016/S0272-7358(99)00042-2.
- Makepeace, J. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, 30(1), 97-102. doi: 10.2307/584242.
- Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio à vítima*. Lisboa: CIG.
- Marques, T. M. & Coleta, M. F. D. (2010). Atribuição de causalidade e reações de mulheres que passaram por episódios de violência conjugal. *Temas em Psicologia*, 18(1), 205-218.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1), 55-75.
- McDermott, R. C., Naylor, P. D., McKelvey, D., & Kantra, L. (2017). College men's and women's masculine gender role strain and dating violence acceptance attitudes: Testing sex as a moderator. *Psychology of Men & Masculinity*, 18(2), 99-111. doi:org/10.1037/men0000044.
- McMahon, S. & Banyard, V. L. (2012). When can I help? A conceptual framework for the prevention of sexual violence through bystander intervention. *Trauma, Violence & Abuse*, 13(1), 3-14. doi: 10.1177/1524838011426015.
- Miller, L. M. (2011). Physical abuse in a college setting: A study of perceptions and participation in abusive dating relationships. *Journal of Family Violence*, 26(1), 71-80. doi: 10.1007/s10896-010-9344-2.
- Neves, S., Correia, A., Ferreira, M. & Borges, J. (2018). Estudo nacional sobre a violência no namoro em contexto universitário: Crenças e práticas. Associação Plano i.
- Nicksa, S. C. (2013). Bystander's willingness to report theft, physical assault, and sexual assault. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(2), 217-236. doi:10.1177/0886260513505146.

- Offenhouer, P. & Buchalter, A. R. (2011). *Teen dating violence: a literature review and annotated bibliography*. Library of Congress – Federal Research Division. Bureau of Justice Statistics: US Department of Justice.
- Organização Mundial de Saúde (2002). Relatório mundial sobre a violência e saúde. Genebra: OMS.
- Palmer, J. E., Nicksa, S. C. & McMahon, S. (2016). Does who you know affect how you act? The impact of relationships on bystander intervention in interpersonal violence situations. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(17), 2623-2642. doi: 10.1177/0886260516628292.
- Pavlou, M., & Knowles, A. (2001). Domestic violence: Attributions, recommended punishments and reporting behaviour related to provocation by the victim. *Psychiatry, Psychology and Law*, 8(1), 76-85. doi: 10.1080/13218710109525006.
- Penner, L.A., Dovidio, J.F., Piliavin, J.A., & Schroeder, D.A. (2005). Prosocial behavior: Multilevel perspectives. *Annual review of psychology*, 56(1), 365-392. doi:10.1146/annurev.psych.56.091103.070141.
- Piliavin, I. M., Piliavin, J. A., & Rodin, J. (1975). Costs, diffusion, and the stigmatized victim. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32(3), 429-438. doi: 10.1037/h0077092.
- Prah, P. M. (2006). Domestic violence: Do teenagers need more protection? *CQ Researcher*, 16(1), 1-24.
- Price, E. L., Byers, E. S., & The Dating Violence Research Team (1999). Attitudes toward dating violence scales: Development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 14(4), 351-375. doi:10.1023/a:1022830114772.
- Saavedra, R. (2010). *Prevenir antes de remediar: prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis*. (Tese de Doutorado). Universidade do Minho: Braga.
- Stueve, A., Dash, K., O'Donnell, L., Tehranifar, P., Wilson-Simmons, R., Slaby, R. G. & Link, B. G. (2006). Rethinking the bystander role in school violence prevention. *Health Promotion Practice*, 7(1), 117-124. doi: 10.1177/1524839905278454.
- Sylaska, K. M. & Walters, A. S. (2014). Testing the extent of the gender trap: College student's perceptions of and reactions to intimate partner violence. *Sex Roles*, 70(3-4), 134-145. doi: 10.1007/s11199-014-0344-1.

- Tang, C., Wong, D., & Cheung, F. M. (2002). Social construction of women as legitimate victims of violence in Chinese societies. *Violence Against Women*, 8(8), 968-996. doi: 10.1177/107780102400447096.
- Taylor, C. A., & Sorenson, S. B. (2005). Community-based norms about intimate partner violence: Putting attributions of fault and responsibility into context. *Sex Roles*, 53(7-8), 573-589. doi: 10.1007/s11199-005-7143-7.
- Tojo, R. (2017). *Para além do silêncio: Responsabilidade social e intenção de agir em situações de violência entre parceiros íntimos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora.
- Ventura, M., Frederico-Ferreira, M. & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: Crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(11), 95-103.
- Walker, L. E. (1984). *The battered woman syndrome*. New York: Springer.
- Wee, S., Todd, M.-J., Oshiro, M., Greene, E., & Frye, V. (2016). Modifiers of neighbors' bystander intervention in intimate partner violence: A concept mapping study. *Violence and Gender*, 3(1), 55–63. doi:10.1089/vio.2015.0012.
- Weisz, A. N., & Black, B. M. (2008). Peer intervention in dating violence: Beliefs of African-American middle school adolescents. *Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work*, 17(2), 177-196. doi: 10.1080/15313200801947223.
- Weisz, A. N., Tolman, R. M., Callahan, M. R., Saunders, D. G. & Black, B. M. (2007). Informal helpers' responses when adolescents tell them about dating violence or romantic relationship problems. *Journal of Adolescence*, 30(5), 853-868. doi:10.1016/j.adolescence.2006.09.004.
- West, A. & Wandrei, M. L. (2002). Intimate partner violence: A model for predicting interventions by informal helpers. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(9), 972-986. doi: 10.1177/0886260502017009004.
- Woods, W. C., Shorey, R. C., Strauss, C. V., Cornelius, T. L., & Rowland, T. (2016). The relationship between dating violence and bystander behavior: An initial investigation. *Partner Abuse*, 7(1), 55–69. doi:10.1891/1946-6560.7.1.55.
- Worden, A. P. & Carlson, B. E. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(10), 1219-1243. doi: 10.1177/0886260505278531.

ANEXOS

Anexo A – Instrumento de Recolha de Dados

Grupo 1 - Cenários Hipotéticos

1) Francisco agride Vera dando-lhe uma bofetada

Tendo em conta a anterior situação, responda às perguntas que se seguem:

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

1. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Em que medida concorda que a culpa da situação seja do agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2) Carlos ameaça e chantageia Maria

Tendo em conta a anterior situação, responda às perguntas que se seguem:

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

1. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Em que medida concorda que a culpa da situação seja do agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

3) Rui e Ana discutem e Rui arremessa-lhe um objeto (ex: cinzeiro)

Tendo em conta a anterior situação, responda às perguntas que se seguem:

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

1. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Em que medida concorda que a culpa da situação seja do agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

4) Luís e Margarida discutem e Luís chama-lhe burra e inútil

Tendo em conta a anterior situação, responda às perguntas que se seguem:

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

1. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Em que medida concorda que a culpa da situação seja do agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o agressor?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Grupo 2 – Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro

Vai encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de violência no namoro. Pede-se que leia atentamente essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua opinião é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e não como acha que deveria ser. Avalie cada afirmação, seleccionando a opção que melhor traduza o seu modo de pensar.

Leia atentamente cada afirmação e responda de acordo com as seguintes opções: Discordo Totalmente, Discordo, Não concordo nem discordo, Concordo, Concordo Totalmente.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 Concordo Totalmente

1. Um rapaz não deve insultar a namorada.	1	2	3	4	5
2. Um rapaz não deve dizer à namorada o que fazer.	1	2	3	4	5
3. Uma rapariga deve pedir autorização ao namorado para sair com os amigos.	1	2	3	4	5
4. Os relacionamentos resultam melhor quando as raparigas procuram agradar os namorados.	1	2	3	4	5
5. Não existe nenhuma razão para um rapaz ameaçar a namorada.	1	2	3	4	5
6. Por vezes, os rapazes não conseguem evitar insultar as namoradas.	1	2	3	4	5
7. Uma rapariga deve mudar a sua forma de ser para agradar ao namorado.	1	2	3	4	5
8. Uma rapariga deve fazer sempre o que o namorado lhe diz para fazer.	1	2	3	4	5
9. Um rapaz não precisa de saber tudo o que a namorada faz.	1	2	3	4	5
10. Não existe nenhuma razão para um rapaz insultar a namorada.	1	2	3	4	5
11. É normal um rapaz gritar com a namorada quando está furioso.	1	2	3	4	5
12. Um rapaz pode dizer mal da namorada.	1	2	3	4	5
13. Não existe nenhuma razão para um rapaz gritar e berrar com a namorada.	1	2	3	4	5
14. Uma rapariga não deve estar com os amigos se isso aborrecer o namorado.	1	2	3	4	5
15. É importante que uma rapariga se vista sempre da forma que o namorado quer.	1	2	3	4	5

16. Uma rapariga deve acabar o namoro se o namorado lhe bater.	1	2	3	4	5
17. Algumas raparigas merecem levar uma bofetada dos namorados.	1	2	3	4	5
18. Não é correto um rapaz bater na namorada.	1	2	3	4	5
19. Por vezes os rapazes não conseguem evitar dar murros na namorada.	1	2	3	4	5
20. Não existe nenhuma razão para um rapaz empurrar a namorada.	1	2	3	4	5
21. Por vezes um rapaz não consegue evitar bater na namorada quando ela o irrita.	1	2	3	4	5
22. Não existe nenhuma razão para um rapaz dar uma bofetada à namorada.	1	2	3	4	5
23. Por vezes o ciúme põe um rapaz tão louco que ele bate na namorada.	1	2	3	4	5
24. As raparigas que traem os namorados merecem ser esbofeteadas.	1	2	3	4	5
25. Por vezes, o amor faz com que um rapaz fique tão louco que ele bate na namorada.	1	2	3	4	5
26. Normalmente um rapaz não bate na namorada a não ser que esta mereça.	1	2	3	4	5
27. Um rapaz pode bater na namorada se ela merecer.	1	2	3	4	5

Grupo 3 – Questionário Sociodemográfico

Género

Feminino _____

Masculino _____

Idade: _____

Estado Civil

Solteiro/a _____

União de Facto _____

Casado/a _____

Divorciado/a _____

Outro _____

Curso: _____

Local de Residência (Freguesia e Concelho)

Sim _____

Não _____

Encontra-se deslocado/a da sua Área de Residência?

Sim _____

Não _____

Se sim, onde vivia antes (Concelho): _____

Área de Residência (Se estiver deslocado/a em Évora, considere a sua área de residência anterior)

Meio Urbano _____

Meio Rural _____

Encontra-se atualmente numa relação amorosa?

Sim _____

Não _____

Já alguma vez observou alguma situação de violência doméstica?

Sim _____

Não _____

Já alguma vez passou por alguma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor?

Sim _____

Não _____

Anexo B – Termo de Consentimento Informado

Este questionário insere-se no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, a decorrer na Universidade de Évora e tem como objetivo estudar as atitudes e comportamentos dos estudantes universitários.

Não há respostas certas ou erradas, sendo a melhor resposta a sua opinião sincera e pessoal. As suas respostas são totalmente confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para fins académicos.

Responda atentamente a todas as questões, caso contrário não lhe será possível passar para a página seguinte. A sua participação é completamente voluntária.

Se estiver de acordo, pressione "seguinte".

Desde já, agradeço a sua colaboração!